

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	85
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	86

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	90

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Dividendo	27/05/2011	Ordinária		0,24247
Reunião do Conselho de Administração	05/11/2010	Juros sobre Capital Próprio	27/05/2011	Ordinária		0,33704
Reunião do Conselho de Administração	29/07/2011	Dividendo	06/10/2011	Ordinária		1,00807
Reunião do Conselho de Administração	04/11/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,38911

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	9.608.915	9.687.063
1.01	Ativo Circulante	1.529.144	1.496.412
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	945.871	796.117
1.01.03	Contas a Receber	395.222	452.690
1.01.03.01	Clientes	393.594	446.165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.628	6.525
1.01.03.02.01	Dividendos de controladas	1.628	6.525
1.01.04	Estoques	44.403	43.041
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.981	62.633
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.981	62.633
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.667	141.931
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	23.856
1.01.08.03	Outros	78.667	118.075
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	2.618	69.665
1.01.08.03.02	Valores a receber da Eletrobras	31.079	0
1.01.08.03.03	Outros	44.970	48.410
1.02	Ativo Não Circulante	8.079.771	8.190.651
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	524.440	573.147
1.02.01.06	Tributos Diferidos	272.104	288.413
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	272.104	288.413
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.800	6.765
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	6.800	6.765
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	245.536	277.969
1.02.01.09.03	Alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	21.289	28.473
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	105.761	131.315
1.02.01.09.06	Outros	31.600	31.295
1.02.02	Investimentos	2.412.717	2.282.763
1.02.02.01	Participações Societárias	2.412.717	2.282.763
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.099.169	1.991.020
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	313.548	291.743
1.02.03	Imobilizado	5.124.917	5.315.270
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.033.340	5.238.884
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	91.577	76.386
1.02.04	Intangível	17.697	19.471
1.02.04.01	Intangíveis	17.697	19.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	9.608.915	9.687.063
2.01	Passivo Circulante	1.712.233	1.885.026
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.551	54.084
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	50.551	54.084
2.01.02	Fornecedores	273.546	174.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	273.546	174.086
2.01.03	Obrigações Fiscais	365.043	431.088
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	354.269	420.038
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	331.334	394.178
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	18.077	20.082
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	3.937	4.593
2.01.03.01.04	Outros	921	1.185
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.311	10.461
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	10.311	10.461
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	463	589
2.01.03.03.01	ISS a Pagar	463	589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	225.954	944.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.967	49.577
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.867	29.461
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	27.100	20.116
2.01.04.02	Debêntures	172.987	895.178
2.01.05	Outras Obrigações	783.539	270.293
2.01.05.02	Outros	783.539	270.293
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	659.810	189.509
2.01.05.02.04	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	19.165	11.995
2.01.05.02.05	Concessões a Pagar	2.662	2.499
2.01.05.02.06	Benefícios pós-emprego	52.350	25.939
2.01.05.02.07	Outros	49.552	40.351
2.01.06	Provisões	13.600	10.720
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.600	10.720
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.000	4.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	10.600	6.720
2.02	Passivo Não Circulante	2.642.275	2.729.353
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	948.017	979.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	637.988	213.417
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	438.730	19.953
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	199.258	193.464
2.02.01.02	Debêntures	310.029	765.964
2.02.02	Outras Obrigações	1.138.717	1.174.116
2.02.02.02	Outros	1.138.717	1.174.116
2.02.02.02.03	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	31.435	40.622
2.02.02.02.04	Concessões a Pagar	796.207	718.526
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	307.979	409.452
2.02.02.02.06	Outras obrigações	3.096	5.516
2.02.03	Tributos Diferidos	413.684	434.845

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	413.684	434.845
2.02.04	Provisões	141.857	141.011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	141.857	141.011
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.504	32.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.976	9.579
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	99.377	99.172
2.03	Patrimônio Líquido	5.254.407	5.072.684
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.674.837	1.827.033
2.03.04.01	Reserva Legal	422.556	422.556
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	22.901	16.827
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	158.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	376.575	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	665.534	708.190

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	932.367	2.633.500	829.507	2.282.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-434.419	-1.098.473	-296.894	-838.447
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-102.662	-223.475	-51.394	-147.830
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-236	-20.466	44	-658
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-63.236	-178.252	-53.214	-164.268
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-263.331	-660.529	-187.049	-513.981
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-4.954	-15.751	-5.281	-11.710
3.03	Resultado Bruto	497.948	1.535.027	532.613	1.444.502
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	32.193	64.682	-5.088	-9.669
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.504	-9.938	-3.287	-9.898
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.718	-115.171	-36.598	-100.978
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.221	69.595	20.403	103.330
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais, líquida	18.534	57.708	19.723	56.531
3.04.04.02	Ganho em ação judicial	0	0	0	45.803
3.04.04.03	Alienação de investimento	0	10.188	0	0
3.04.04.04	Outras	687	1.699	680	996
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	55.194	120.196	14.394	-2.123
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	55.714	121.417	14.711	-28
3.04.06.02	Amortização de ágio / Direito de concessão	-520	-1.221	-317	-2.095
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	530.141	1.599.709	527.525	1.434.833
3.06	Resultado Financeiro	-62.215	-179.433	-48.782	-168.388
3.06.01	Receitas Financeiras	22.968	71.211	27.988	74.184
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.183	-250.644	-76.770	-242.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	467.926	1.420.276	478.743	1.266.445
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-135.647	-422.269	-156.661	-428.142
3.08.01	Corrente	-136.856	-427.122	-158.964	-423.801
3.08.02	Diferido	1.209	4.853	2.303	-4.341

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	332.279	998.007	322.082	838.303
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	332.279	998.007	322.082	838.303
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,50905	1,52895	0,49343	1,28428

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.308.326	1.082.453
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.730.411	1.642.967
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	998.007	838.303
6.01.01.02	Depreciação e amortização	275.022	234.177
6.01.01.03	Resultado de participação societária	-120.196	2.123
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	67.172	23.499
6.01.01.05	Juros	151.287	170.329
6.01.01.06	Reversão de provisões operacionais, líquidas	-52.157	-51.816
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.853	4.341
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	427.122	423.801
6.01.01.09	Outros	-10.993	-1.790
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-422.085	-560.514
6.01.02.01	Clientes	51.696	-112.957
6.01.02.02	Valores a receber da Eletrobras	-31.079	1.332
6.01.02.03	Tributos a recuperar	4.836	-41.335
6.01.02.04	Estoques	-1.362	-1.253
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados / judiciais	104.179	141.977
6.01.02.06	Fornecedores	99.460	6.392
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-492.343	-458.143
6.01.02.08	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-128.710	-105.632
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	-27.931	-23.235
6.01.02.10	Obrigações com programa de pesquisa e desenvolvimento	-2.017	3.925
6.01.02.11	Outros	1.186	28.415
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.475	-909.590
6.02.01	Aplicação em investimentos	-25.478	-856.138
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-73.466	-60.261
6.02.03	Aplicação no intangível	-3.599	-3.910
6.02.04	Redução de capital de controlada	24.547	0
6.02.05	Dividendos recebidos de controladas	30.521	10.719
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.111.097	-335.542
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.193.870	-114.942
6.03.02	Pagamentos de concessões a pagar	-1.862	-1.393
6.03.03	Créditos com Partes Relacionadas	618	32.215
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-345.983	-251.422
6.03.05	Empréstimo	430.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149.754	-162.679
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	796.117	1.093.839
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	945.871	931.160

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-158.270	-658.014	0	-816.284
5.04.06	Dividendos	0	0	-158.270	-658.014	0	-816.284
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	998.007	0	998.007
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	998.007	0	998.007
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.074	36.582	-42.656	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	42.656	-42.656	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	6.074	-6.074	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.674.837	376.575	665.534	5.254.407

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-81.913	-286.100	0	-368.013
5.04.06	Dividendos	0	0	-81.913	-286.100	0	-368.013
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	838.303	0	838.303
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	838.303	0	838.303
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.659	-42.659	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	42.659	-42.659	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.064.605	594.862	722.410	4.919.338

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.913.579	2.578.802
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.907.736	2.532.004
7.01.02	Outras Receitas	11.886	46.798
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.043	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-607.163	-409.753
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-534.660	-357.776
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-114.268	-93.605
7.02.04	Outros	41.765	41.628
7.02.04.01	Reversão de provisões operacionais, líquida	63.751	56.531
7.02.04.02	Outros	-21.986	-14.903
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.306.416	2.169.049
7.04	Retenções	-275.022	-234.178
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-275.022	-234.178
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.031.394	1.934.871
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	191.407	72.061
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	120.196	-2.123
7.06.02	Receitas Financeiras	71.211	74.184
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.222.801	2.006.932
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.222.801	2.006.932
7.08.01	Pessoal	134.358	127.036
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.753	84.505
7.08.01.02	Benefícios	26.604	24.390
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.537	5.728
7.08.01.04	Outros	14.464	12.413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	697.845	698.328
7.08.02.01	Federais	666.808	658.555
7.08.02.02	Estaduais	29.513	38.808
7.08.02.03	Municipais	1.524	965
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.231	184.743
7.08.03.01	Juros	158.423	169.916
7.08.03.02	Aluguéis	9.799	6.511
7.08.03.03	Outras	11.009	8.316
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	998.007	838.303
7.08.04.02	Dividendos	658.014	286.100
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	339.993	552.203
7.08.05	Outros	213.360	158.522
7.08.05.01	Encargos setoriais	133.654	114.465
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	79.706	44.057

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	12.783.889	12.850.288
1.01	Ativo Circulante	1.943.860	1.906.733
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.127.573	1.082.580
1.01.03	Contas a Receber	534.578	531.106
1.01.03.01	Clientes	534.578	531.106
1.01.04	Estoques	47.320	46.032
1.01.06	Tributos a Recuperar	140.650	91.818
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	140.650	91.818
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	93.739	155.197
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	23.057
1.01.08.03	Outros	93.739	132.140
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	7.541	81.553
1.01.08.03.02	Valores a receber da Eletrobras	31.079	0
1.01.08.03.03	Outros	55.119	50.587
1.02	Ativo Não Circulante	10.840.029	10.943.555
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	817.597	872.025
1.02.01.06	Tributos Diferidos	315.877	328.240
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	315.877	328.240
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	501.720	543.785
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	91.273	51.244
1.02.01.09.04	Alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	164.431	219.880
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	107.260	133.464
1.02.01.09.07	Outros	51.870	52.311
1.02.03	Imobilizado	9.932.512	9.976.009
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.304.030	7.719.897
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	628.482	2.256.112
1.02.04	Intangível	89.920	95.521
1.02.04.01	Intangíveis	89.920	95.521

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	12.783.889	12.850.288
2.01	Passivo Circulante	2.071.174	2.259.838
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.599	54.881
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.599	54.881
2.01.02	Fornecedores	323.423	268.851
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	323.423	268.851
2.01.03	Obrigações Fiscais	398.109	457.937
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	367.826	424.481
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	342.351	398.032
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a Pagar	20.161	21.212
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	4.309	3.960
2.01.03.01.04	Outros	1.005	1.277
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.468	32.225
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	29.468	32.225
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	815	1.231
2.01.03.03.01	ISS a Pagar	815	1.231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	426.627	1.094.431
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	247.938	189.414
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	220.838	169.298
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	27.100	20.116
2.01.04.02	Debêntures	178.689	905.017
2.01.05	Outras Obrigações	857.670	372.872
2.01.05.02	Outros	857.670	372.872
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	659.810	189.509
2.01.05.02.04	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	23.695	14.991
2.01.05.02.05	Concessões a Pagar	45.379	42.297
2.01.05.02.06	Benefícios pós-emprego	52.350	25.939
2.01.05.02.07	Outros	76.436	100.136
2.01.06	Provisões	13.746	10.866
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.746	10.866
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.000	4.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	10.746	6.866
2.02	Passivo Não Circulante	5.458.308	5.517.766
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.336.495	3.349.489
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.018.276	2.567.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.819.018	2.373.681
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	199.258	193.464
2.02.01.02	Debêntures	318.219	782.344
2.02.02	Outras Obrigações	1.544.693	1.579.170
2.02.02.02	Outros	1.544.693	1.579.170
2.02.02.02.03	Obrigações com programa de pesquisa e desenvolvimento	32.153	41.260
2.02.02.02.04	Concessões a Pagar	1.185.745	1.092.650
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	307.979	409.452
2.02.02.02.06	Outras obrigações	18.816	35.808
2.02.03	Tributos Diferidos	432.490	445.691

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	432.490	445.691
2.02.04	Provisões	144.630	143.416
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	144.630	143.416
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.504	32.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.976	9.579
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	102.150	101.577
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.254.407	5.072.684
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.674.837	1.827.033
2.03.04.01	Reserva Legal	422.556	422.556
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	22.901	16.827
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	158.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	376.575	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	665.534	708.190

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.150.691	3.230.663	1.083.042	2.992.811
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-528.400	-1.391.642	-478.167	-1.387.598
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-131.621	-347.437	-166.762	-504.503
3.02.02	Transações no âmbito da CCEE	-810	-21.762	-892	-1.915
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-74.971	-208.179	-65.697	-202.952
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-316.044	-798.513	-239.535	-666.518
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-4.954	-15.751	-5.281	-11.710
3.03	Resultado Bruto	622.291	1.839.021	604.875	1.605.213
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.998	-64.025	-27.768	-27.365
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.797	-12.401	-3.563	-10.768
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.283	-124.189	-41.747	-111.177
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.082	72.610	17.542	94.580
3.04.04.01	Reversão de provisão operacional, líquida	18.431	57.174	17.392	48.309
3.04.04.02	Ganho em ação judicial	0	0	0	45.803
3.04.04.03	Alienação de investimento	0	15.436	0	0
3.04.04.04	Outras	651	0	150	468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-45	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	596.293	1.774.996	577.107	1.577.848
3.06	Resultado Financeiro	-101.401	-289.189	-89.182	-309.351
3.06.01	Receitas Financeiras	29.835	92.081	36.360	94.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.236	-381.270	-125.542	-403.606
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	494.892	1.485.807	487.925	1.268.497
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-162.613	-487.800	-165.843	-430.194
3.08.01	Corrente	-161.001	-490.239	-164.686	-438.089
3.08.02	Diferido	-1.612	2.439	-1.157	7.895
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	332.279	998.007	322.082	838.303
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	332.279	998.007	322.082	838.303

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	332.279	998.007	322.082	838.303
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,50905	1,52895	0,49343	1,28428

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.511.917	1.261.341
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.146.132	1.901.245
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	998.007	838.303
6.01.01.02	Depreciação e amortização	368.296	337.442
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	85.823	57.871
6.01.01.04	Juros	256.954	285.312
6.01.01.05	Reversão de provisões operacionais, líquidas	-51.702	-46.694
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.439	-7.895
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social correntes	490.239	438.089
6.01.01.08	Outros	954	-1.183
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-634.215	-639.904
6.01.02.01	Clientes	-2.342	-116.741
6.01.02.02	Valores a receber da Eletrobras	-31.079	1.332
6.01.02.03	Tributos a recuperar	26.344	-50.288
6.01.02.04	Estoques	-1.288	244
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados / judiciais	112.049	139.426
6.01.02.06	Fornecedores	57.146	15.013
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-538.601	-474.605
6.01.02.08	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-196.287	-178.207
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego pagos	-27.931	-23.235
6.01.02.10	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	-403	5.677
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	-40.875	-13.219
6.01.02.12	Outros	9.052	54.699
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-263.870	-722.322
6.02.01	Aplicação em investimentos	0	-467.436
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-260.044	-250.557
6.02.03	Aplicação no intangível	-3.826	-4.329
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.203.054	-619.239
6.03.01	Financiamentos	502.799	66.040
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.290.806	-419.443
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-345.983	-251.422
6.03.04	Pagamento de concessões a pagar	-31.039	-29.546
6.03.05	Cauções e depósitos vinculados	-38.025	15.132
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	44.993	-80.220
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.082.580	1.254.640
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.127.573	1.174.420

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-158.270	-658.014	0	-816.284	0	-816.284
5.04.06	Dividendos	0	0	-158.270	-658.014	0	-816.284	0	-816.284
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	998.007	0	998.007	0	998.007
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	998.007	0	998.007	0	998.007
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.074	36.582	-42.656	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	42.656	-42.656	0	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	6.074	-6.074	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.674.837	376.575	665.534	5.254.407	0	5.254.407

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-81.913	-286.100	0	-368.013	0	-368.013
5.04.06	Dividendos	0	0	-81.913	-286.100	0	-368.013	0	-368.013
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	838.303	0	838.303	0	838.303
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	838.303	0	838.303	0	838.303
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.659	-42.659	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado	0	0	0	42.659	-42.659	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.064.605	594.862	722.410	4.919.338	0	4.919.338

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	3.777.386	3.641.962
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.616.887	3.344.540
7.01.02	Outras Receitas	15.391	46.271
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	151.288	251.151
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.180	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-867.157	-1.095.066
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-698.133	-763.526
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.592	-115.611
7.02.04	Outros	-31.432	-215.929
7.02.04.01	Gastos na construção de Usinas	-72.513	-243.323
7.02.04.02	Reversão de provisões operacionais, líquida	63.354	48.309
7.02.04.03	Outros	-22.273	-20.915
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.910.229	2.546.896
7.04	Retenções	-368.296	-337.442
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-368.296	-337.442
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.541.933	2.209.454
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.081	94.255
7.06.02	Receitas Financeiras	92.081	94.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.634.014	2.303.709
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.634.014	2.303.709
7.08.01	Pessoal	137.074	128.391
7.08.01.01	Remuneração Direta	89.028	85.725
7.08.01.02	Benefícios	26.884	24.420
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.698	5.833
7.08.01.04	Outros	14.464	12.413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	874.097	801.643
7.08.02.01	Federais	798.634	732.567
7.08.02.02	Estaduais	73.739	67.752
7.08.02.03	Municipais	1.724	1.324
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	344.168	276.469
7.08.03.01	Juros	240.845	249.285
7.08.03.02	Aluguéis	11.895	8.450
7.08.03.03	Outras	91.428	18.734
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	78.775	7.828
7.08.03.03.02	Outros	12.653	10.906
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	998.007	838.303
7.08.04.02	Dividendos	658.014	286.100
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	339.993	552.203
7.08.05	Outros	280.668	258.903
7.08.05.01	Encargos setoriais	154.914	135.995
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	125.754	122.908



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

ADOÇÃO DOS NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Durante o ano de 2010 a Companhia adotou a faculdade estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de apresentar as informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis anteriores, vigentes até 31 de dezembro de 2009. As companhias que fizeram o uso dessa faculdade ficaram obrigadas a reapresentar essas informações, ajustadas às novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM - as quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (IFRS) -, até a data da apresentação das informações relativas ao primeiro trimestre de 2011. Os valores referentes ao 3º trimestre de 2010 apresentados nesse documento contemplam os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (NÚMEROS CONSOLIDADOS) ¹

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas no 3T11 atingiu R\$ 1.150,7 milhões ante aos R\$ 1.083,0 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior, representando uma evolução de 6,2%. Esse crescimento é explicado principalmente pelos aumentos do preço médio e do volume de vendas, conforme comentado a seguir, parcialmente compensados pela redução de R\$ 75,0 milhões na receita decorrente das transações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

- **Preço médio líquido de venda**

O preço médio líquido de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, foi de R\$ 125,07/MWh no 3T11, superior em 6,1% ao apurado no 3T10, cujo valor foi de R\$ 117,90/MWh. Essa variação foi resultado do aumento dos preços dos contratos existentes com distribuidoras e consumidores livres, e da redução dos preços praticados com comercializadoras de energia.

- **Volume de vendas**

O volume de vendas no 3T11 foi de 8.748 GWh (3.962 MW médios), 6,4% acima dos 8.218 GWh (3.722 MW médios) vendidos no mesmo trimestre de 2010. Desconsiderando-se a exportação de energia, que entre os períodos comparados saltou de 102 GWh (46 MW médios) no 3T10 para 514 GWh (233 MW médios) no 3T11, as vendas cresceram 1,5%, ou 118 GWh (53 MW médios).

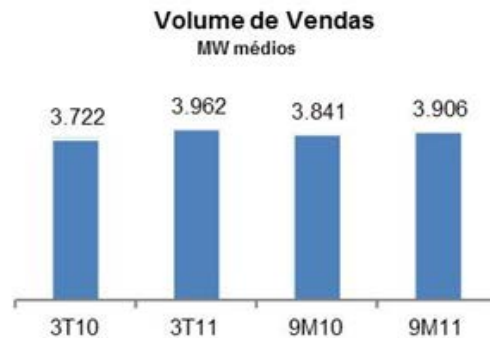
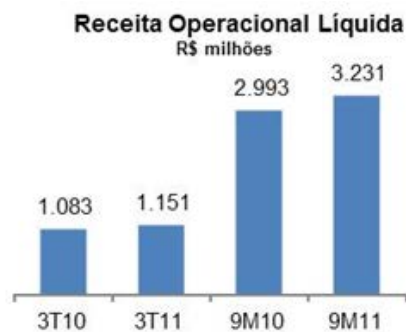
¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, EBITDA, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

Esse aumento nas vendas decorreu da combinação dos seguintes principais fatores: (i) aumento de 326 GWh (148 MW médios) no volume de venda para consumidores livres; (ii) redução de 123 GWh (55 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras, em função principalmente do término de contratos bilaterais assinados anteriormente aos leilões no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); e (iii) decréscimo de 85 GWh (39 MW médios) nas vendas de curto prazo para comercializadoras, em razão do vencimento de contratos e da menor atratividade deste tipo de transação em função da significativa redução dos preços praticados no 3T11 em relação ao 3T10.

A variação do volume de vendas é parcialmente explicada pela entrada em operação das Unidades Geradoras 1 a 3 da UHE Estreito, que agregou 225 GWh (103 MW médios) à capacidade comercial da Companhia, pela redução de 344 GWh (156 MW médios) da energia elétrica comprada para revenda e pela maior alocação de energia para comercialização no 3T11 em comparação ao 3T10.



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa**Receita Operacional Bruta**

No 3T11, a receita operacional bruta alcançou R\$ 1.282,7 milhões, 5,8% a mais do que a obtida no 3T10, que foi de R\$ 1.212,9 milhões. As explicações sobre as variações da receita operacional bruta, por natureza de conta, podem ser observadas a seguir:

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras, atingiu R\$ 818,4 milhões no 3T11 ante aos R\$ 813,5 milhões registrados no mesmo trimestre de 2010, representando um acréscimo de 0,6% entre os trimestres comparados. Essa variação decorreu da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 49,3 milhões em razão da elevação de 7,7% no preço médio de venda para distribuidoras; (ii) redução de R\$ 18,0 milhões nas vendas para distribuidoras, em função principalmente do término de contratos assinados anteriormente aos leilões no ACR, da ordem de 450 GWh (203 MW médios), parcialmente compensada pelo início do suprimento em 2011 no ACR de 327 GWh (148 MW médios) provenientes da UHE São Salvador; (iii) decréscimo de R\$ 16,5 milhões originado pela queda de 10,7% no preço médio praticado nas transações realizadas com comercializadoras de energia, principalmente em operações de curto prazo; e (iv) diminuição de R\$ 9,9 milhões (86 GWh ou 39 MW médios) na receita de comercialização derivada do término de determinados contratos e dos menores preços de venda no curto prazo.

b) Fornecimento de energia elétrica

Em relação à receita de fornecimento de energia, aquela originária das vendas a consumidores livres, observou-se um crescimento de 27,8% na receita entre os trimestres em análise, passando de R\$ 263,2 milhões no 3T10 para R\$ 336,3 milhões no 3T11. A evolução decorreu dos seguintes aumentos: (i) R\$ 31,5 milhões derivado da elevação de 11,1% do preço médio de venda; e (ii) R\$ 41,6 milhões decorrente da venda adicional de 326 GWh (148 MW médios) advinda de novas contratações e da ampliação do consumo dos clientes industriais já existentes, absorvendo, assim, a energia descontratada junto às distribuidoras conforme observado em (ii) do item “Suprimento de energia elétrica”, acima.

c) Transações no âmbito da CCEE

No 3T11, a receita auferida na CCEE apresentou queda de R\$ 84,0 milhões, passando de R\$ 108,4 milhões no 3T10 para R\$ 24,4 milhões no trimestre em análise. Maiores explicações sobre essas operações e variação podem ser encontradas a seguir no item “Detalhamento das operações na CCEE”.

d) Exportação de energia elétrica

A exportação de energia, para a Argentina e o Uruguai, atingiu R\$ 95,6 milhões no 3T11, ampliação de R\$ 72,9 milhões em relação ao total exportado no 3T10, que foi de R\$ 22,7 milhões. Cabe considerar que o volume de exportação de energia de cada usina do Sistema Elétrico Brasileiro é definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com base na disponibilidade delas e levando-se em consideração os menores custos declarados das mesmas.

Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

Deduções da Receita Operacional Bruta

As deduções da receita operacional bruta cresceram 1,7% entre os trimestres comparados, passando de R\$ 129,8 milhões no 3T10 para R\$ 132,0 milhões no trimestre em análise, representando 10,9% e 11,1%, respectivamente, da receita operacional bruta, deduzida da exportação que não compõe a base de cálculo dessas deduções.

A evolução, em termos relativos, das deduções está relacionada principalmente às seguintes variações: (i) aumento do PIS e Cofins em função do vencimento de contratos de venda cuja receita vinha sendo tributada pelo regime cumulativo (alíquota de 3,65%), mas que devido à sua reconstrução, passou a ser tributada pelo critério não cumulativo (alíquota de 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas aquisições); (ii) da maior participação proporcional de consumidores livres nas vendas, situação em que, via de regra, se verifica a incidência do ICMS; e (iii) redução do ICMS em virtude do benefício de diferimento da cobrança desse imposto de determinado cliente.

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços cresceram 10,5% ou R\$ 50,2 milhões, passando de R\$ 478,2 milhões no 3T10 para R\$ 528,4 milhões no trimestre em análise. A variação decorreu essencialmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

- a) **Energia elétrica comprada para revenda:** queda de 344 GWh (156 MW médios) nesse trimestre, correspondente a R\$ 35,1 milhões, em razão substancialmente do vencimento de contratos de compra de energia fornecida entre os períodos comparados. O preço médio de compra permaneceu praticamente estável entre os períodos comparados.
- b) **Transações no âmbito da CCEE:** não houve variações significativas entre os custos nos trimestres comparados, os quais totalizaram aproximadamente R\$ 1 milhão. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.
- c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** crescimento de R\$ 39,8 milhões no 3T11 em razão da combinação do que segue: (i) elevação de R\$ 49,7 milhões no custo relativo ao consumo de carvão mineral utilizado na geração de energia para exportação; e (ii) redução de R\$ 9,5 milhões no uso de gás natural em virtude da Usina Termelétrica William Arjona não ter sido despachada no 3T11, como ocorrido no mesmo trimestre de 2010, em função de necessidade energética do sistema elétrico.
- d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R\$ 9,3 milhões no presente trimestre devido ao reajuste da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), por conta do processo de revisão tarifária das transmissoras, e ao início da cobrança da TUST da UHE Estreito pela sua entrada em operação comercial.

Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

- e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (Royalties):** crescimento de R\$ 7,5 milhões no 3T11, resultado da elevação da geração hidrelétrica entre os períodos analisados e do início da incidência dos royalties da UHE Estreito.
- f) **Pessoal:** aumento de R\$ 2,4 milhões nesse trimestre em decorrência fundamentalmente do reajuste anual da remuneração dos empregados e da ampliação do quadro de pessoal para atendimento ao crescimento dos negócios da Companhia.
- g) **Materiais e serviços de terceiros:** elevação de R\$ 5,6 milhões no 3T11 em decorrência da maior demanda por materiais e serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia, bem como do aumento de serviços de consultorias nas citadas unidades, especialmente ambientais e de engenharia.
- h) **Depreciação e amortização:** superior em R\$ 16,8 milhões no presente trimestre, em razão principalmente do início da operação dos ativos da UHE Estreito e da conclusão de obras de revitalização de determinadas usinas.

Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado “risco de sub-mercado”; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No 3T11, a Companhia obteve um resultado líquido positivo - diferença entre receitas e despesas - decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE de R\$ 23,6 milhões ante ao resultado líquido também positivo de R\$ 107,5 milhões apurado no 3T10, ou seja, redução do resultado de R\$ 83,9 milhões entre os períodos comparados.



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

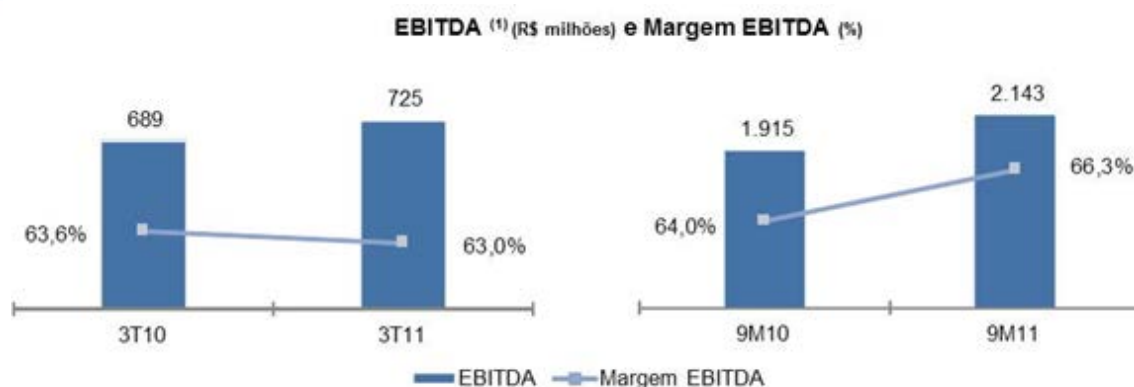
Essa queda decorreu principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) redução do ganho na estratégia de alocação de recursos em razão de a Companhia ter passado de uma posição essencialmente vendedora na CCEE no 3T10 para uma posição essencialmente compradora no 3T11. Esses efeitos foram atenuados pela redução do PLD médio dos sub-mercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que variou de R\$ 112,74/MWh no 3T10 para R\$ 19,91/MWh no 3T11; (ii) apesar de um maior volume apurado de energia secundária, a receita correspondente não sofreu grande variação em razão da queda do PLD médio entre os trimestres em análise; e (iii) acréscimo da receita no MRE em consequência da ampliação do volume de geração de energia hidrelétrica entre os períodos comparados.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram 1,1% entre os trimestres comparados, passando de R\$ 41,7 milhões no 3T10 para R\$ 41,3 milhões no 3T11.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos já comentados, o EBITDA no 3T11 alcançou R\$ 725,3 milhões, 5,3% acima do apurado no 3T10, que foi de R\$ 688,5 milhões. A margem EBITDA atingiu 63,0%, ante aos 63,6% verificados no mesmo período do ano anterior.



- (1) EBITDA representa: resultado antes dos tributos sobre o lucro+ resultado financeiro + depreciação e amortização.
- (2) Margem EBITDA representa: EBITDA / Receita líquida de vendas



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	3T11	3T10	Var. %	9M11	9M10	Var. %
Resultado Operacional	494.892	487.925	1,4	1.485.807	1.268.497	17,1
(+/-) Resultado Financeiro	101.401	89.182	13,7	289.189	309.351	-6,5
(+) Depreciação e Amortização	128.985	111.419	15,8	368.296	337.442	9,1
EBITDA	725.278	688.526	5,3	2.143.292	1.915.290	11,9

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 3T11, essas receitas atingiram R\$ 29,8 milhões, inferiores em R\$ 6,5 milhões quando comparadas aos R\$ 36,4 milhões obtidos no mesmo trimestre de 2010. Essa variação ocorreu principalmente em virtude da queda da renda sobre as aplicações financeiras em função das amortizações de dívidas feitas ao longo de 2011, que reduziram o volume de recursos aplicados.

Despesas financeiras: acréscimo de R\$ 5,7 milhões entre os períodos comparados, passando de R\$ 125,5 milhões no 3T10 para R\$ 131,2 milhões nesse trimestre. Essa variação decorreu principalmente da combinação dos seguintes fatores: (i) elevação de R\$ 23,9 milhões na despesa com variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro; (ii) crescimento de R\$ 3,0 milhões nos juros sobre as concessões a pagar devido à variação dos índices de inflação; (iii) redução de R\$ 12,8 milhões nos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures derivada, substancialmente, das amortizações de dívidas ocorridas ao longo do ano de 2011; (iv) decréscimo de R\$ 5,2 milhões na variação monetária sobre dívidas em consequência da amortização de debêntures indexadas a índice de inflação; e (v) redução de R\$ 1,6 milhão nos encargos do passivo atuarial da Companhia.

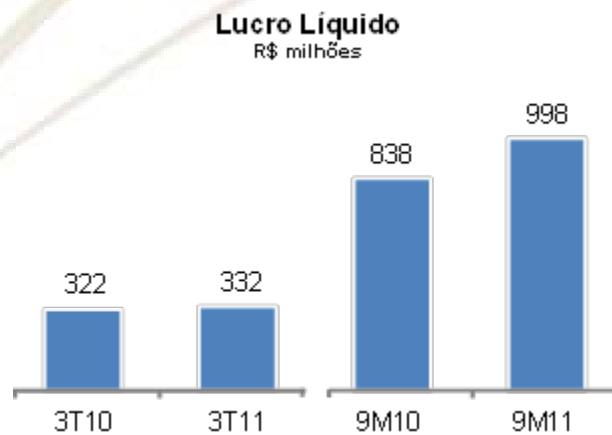
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

A despesa com IR e CSLL no 3T11 foi de R\$ 162,6 milhões, inferior em R\$ 3,2 milhões à relativa ao mesmo período de 2010, que foi de R\$ 165,8 milhões. Essa redução deve-se principalmente ao aumento das deduções com despesas de depreciação incentivada da base de cálculo do IR e da CSLL e à elevação dos incentivos fiscais.

Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

Lucro Líquido

O lucro líquido do 3T11 cresceu R\$ 10,2 milhões, ou 3,2%, passando de R\$ 322,1 milhões no 3T10 para R\$ 332,3 milhões no trimestre em análise. Essa evolução decorreu essencialmente da combinação dos seguintes fatores anteriormente comentados: (i) elevação do preço médio líquido de venda; (ii) aumento substancial da exportação de energia; (iii) resultado decorrente do início da operação comercial da UHE Estreito; (iv) redução de compras de energia devido ao vencimento de contratos com preços elevados; (v) queda do resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; e (vi) crescimento das despesas financeiras líquidas.



TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.09.2011**Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (Companhia ou Tractebel Energia) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC). A atividade operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sob o controle da SUEZ-Tractebel S.A. com sede em Bruxelas, Bélgica. A SUEZ-Tractebel S.A., após a combinação de ativos entre a GDF SUEZ e a International Power PLC (IPR), ocorrida em 04.02.2011, passou a ser uma empresa controlada pela IPR, a qual integra o grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Companhia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil ¹, responsável por cerca de 6% ¹ da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia - incluindo as participações nos consórcios Itá e Machadinho - passou de 6.472 MW ¹ em 31.12.2010 para 6.635,3 MW em 30.09.2011, após o início da operação comercial de três das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito). Desse total, 79,6% ¹ são oriundos de usinas hidrelétricas, 17,9% ¹ de termelétricas e 2,5% ¹ de energias complementares: Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), eólicas e movidas à biomassa. A energia assegurada para comercialização passou de 3.554 MW médios ¹ em 31.12.2010 para 3.708,5 MW médios em 30.09.2011, a qual já abrange a parcela de energia assegurada relativa às três unidades da UHE Estreito pertencente à Companhia.

O parque gerador da Companhia é composto pelas seguintes fontes geradoras de energia: 9 (nove) hidrelétricas, 6 (seis) termelétricas ², 3 (três) PCH, 2 (duas) eólicas e 2 (duas) movidas à biomassa.

A relação das empresas operacionais e em construção, sejam controladas diretamente ou em conjunto está apresentada na Nota 11 - Investimentos.

A Companhia apresenta suas informações trimestrais considerando somente um segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada ou adquirida por meio de contratos de longo prazo. Tal segmento concentra 99,5% e 99,6%, respectivamente, da receita total da Companhia nos períodos findos em 30.09.2011 e 30.09.2010. A Companhia administra tais atividades como um único segmento.

¹As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

² O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por 3 (três) usinas.

Os principais eventos ocorridos no terceiro trimestre de 2011 estão sumarizados a seguir:

a) Dividendos intercalares do primeiro semestre de 2011

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 29.07.2011, aprovou distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2011, no valor de R\$ 658.014, correspondentes a R\$ 1,0080763921 e equivalente a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2011. As ações da Companhia foram negociadas ex-dividendos intercalares a partir de 11.08.2011. O início do pagamento dos dividendos ocorreu em 06.10.2011, com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.

b) Início da operação comercial da 2ª e 3ª unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito

A segunda e terceira unidades geradoras da UHE Estreito iniciaram a operação comercial em 02.07.2011 e 30.09.2011, aumentando a capacidade instalada e a energia assegurada da controlada integral Companhia Energética Estreito (CEE) em 108,9 MW e 102,5 MW médios, respectivamente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Os referidos pronunciamentos são equivalentes e inteiramente aderentes às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como “Controladora”, também foram preparadas de acordo com o CPC 21. Essas demonstrações individuais diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, de acordo com as normas do IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo custo ou pelo valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, divulgando amplamente essas informações em notas explicativas.

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2010. Adicionalmente à prática contábil relativa à depreciação do ativo imobilizado, o método de depreciação adotado para os ativos da Usina Hidrelétrica Estreito, durante o período de sua implantação, será o das “unidades produzidas”. Por esse método, a depreciação dos ativos que entram em operação é reconhecida proporcionalmente à capacidade comercial agregada ao negócio, a partir do início da operação comercial de cada unidade geradora, ao longo do período de construção da usina. A administração da Companhia entende que este método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração dos benefícios econômicos futuros decorrentes da operação do ativo.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2010 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 30.09.2011. Essas duas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial mencionado na Nota 21.d – Patrimônio Líquido, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada no demonstrativo para a apresentação da referida transação.

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 04.11.2011.

Novas normas IFRS, alterações às normas IFRS existentes e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretações das Informações Financeiras do IASB)

Alguns novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os períodos anuais a serem encerrados a partir de 01.01.2011. As emitidas em períodos anteriores estão mencionadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2010 e não foram repetidas nessas informações trimestrais por se manter as mesmas avaliações quanto à sua aplicação. A avaliação da Companhia dos impactos dessas novas normas e interpretações emitidas no ano de 2011 é a seguinte:

IAS 27 – Demonstrações Contábeis Separadas (*Separate Financial Statements*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27 removendo os requerimentos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, os quais foram substituídos pelo pronunciamento IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas (*Consolidated Financial Statements*). Ao mesmo tempo, o IASB realocou para o IAS 27 requerimentos das normas IAS 28 - Investimentos em Coligadas (*Investments in Associates*) e IAS 31 - Participações em Empreendimentos com Controle Compartilhado (*Interests in Joint Ventures*) no que diz respeito às demonstrações contábeis separadas.

As alterações do IAS 27 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação das alterações da referida norma.

IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto *(Investments in Associates and Joint Ventures)*

Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28 incorporando os procedimentos de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que o método de equivalência patrimonial é aplicável tanto para empreendimentos controlados em conjunto quanto para as coligadas. Por outro lado, os requerimentos de divulgação para investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto foram combinados numa única e abrangente norma: o IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (*Disclosure of Interests in Other Entities*).

As alterações do IAS 28 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais impactos decorrentes da aplicação das alterações dessa norma.

IFRS 10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas (*Consolidated Financial Statements*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu a norma IFRS 10, a qual substitui a norma IAS 27 e a interpretação SIC 12 - Consolidação de Entidades de Propósito Específico (*Consolidation – Special Purpose Entities*) quanto aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas.

O IFRS 10 define “controle” através de um modelo único de consolidação para todos os tipos de entidades, constatando que um investidor pode exercer poder sobre uma investida de várias maneiras, não apenas através da gerência das políticas financeiras e operacionais. Embora a exposição aos riscos e benefícios seja um indicador de controle, a mesma não é a razão isolada para a consolidação de qualquer tipo de entidade.

Essa norma é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento e eventuais diferenças em relação ao IAS 27.

IFRS 11 – Acordos com Controle Compartilhado (*Joint Arrangements*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu a norma IFRS 11 classificando os negócios com controle compartilhado em dois tipos: (i) operações com controle compartilhado; e (ii) empreendimentos com controle compartilhado. As partes envolvidas com controle compartilhado de uma operação têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, enquanto que as partes com controle compartilhado de um empreendimento têm direitos sobre o acervo líquido. Sendo assim, o método de consolidação proporcional de empreendimentos com controle compartilhado foi eliminado, sendo substituído pelo método de equivalência patrimonial.

O IFRS 11 é efetivo para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando as características e a essência econômica do controle compartilhado na controlada em conjunto Itá Energética S.A. (Itasa). Caso a conclusão seja de que o negócio trata-se de um empreendimento com controle compartilhado, a participação no referido negócio deixaria de ser consolidado proporcionalmente à participação da Companhia em seu capital e passaria a ser registrado pelo método de equivalência patrimonial.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades (*Disclosure of Interests in Other Entities*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu a norma IFRS 12, que substitui os requerimentos de divulgação das normas IAS 27, IAS 28 e IAS 31, exceto para os que se aplicam na preparação de demonstrações contábeis separadas, os quais foram mantidos na versão revisada do IAS 27.

O IFRS 12 expande os requerimentos de divulgação sobre entidades consolidadas, bem como introduz divulgações sobre entidades não consolidadas.

Esta norma é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento e eventuais diferenças em relação ao IAS 28.

IFRS 13 – Mensuração a Valor Justo (*Fair Value Measurement*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu a norma IFRS 13 com o intuito de estabelecer um conjunto único de requerimentos para as mensurações a valor justo requeridas ou permitidas pelas normas IFRS, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência em sua aplicação e, aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

O IFRS 13 não altera, portanto, os requerimentos originais das normas IFRS, apenas esclarece a definição de valor justo, orienta como determinar o valor justo e aprimora as divulgações sobre mensurações a valor justo.

Esse pronunciamento é efetivo para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IAS 19 – Benefícios a Empregados (*Employee Benefits*)

Em junho de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19 eliminando a abordagem do “corredor”, pela qual os ganhos ou perdas atuariais acumulados situados dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação com planos de benefícios definidos não são reconhecidos no resultado da entidade, enquanto que os ganhos ou perdas excedentes ao limite do corredor são registrados no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício definido. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais oriundos das remensurações do passivo atuarial, a partir da data da mudança da prática contábil, deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

As alterações do IAS 19 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. De acordo com a avaliação preliminar da Companhia, como consequência da adoção dessa norma, os ganhos atuariais não registrados no balanço patrimonial da Companhia, conforme mencionados na Nota 18 – Benefícios pós-emprego seriam reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, de acordo com as regras relativas à mudança de práticas contábeis.

IAS 1 – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (*Presentation of Items of Other Comprehensive Income*)

Em junho de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1 requerendo a segregação em outros resultados abrangentes dos itens que são e que não são potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas quando determinadas condições forem cumpridas.

As alterações do IAS 1 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas demonstrações contábeis consolidadas.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos técnicos e alterações correlacionadas às novas normas IFRS, alterações às normas IFRS existentes e interpretações do IFRIC anteriormente descritas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações realizadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), é esperado que esses pronunciamentos e alterações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

IFRIC 20 – Custos de remoção de estéril na Fase de Produção de Mina de Superfície (*Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine*)

Em outubro de 2011, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20 a qual prevê que, nas operações de mineração de superfície, as entidades podem eventualmente incorrer em custos de remoção de estéril e material residual da mina para ter acesso aos depósitos de minérios. A interpretação IFRIC 20 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/após 01.01.2013. A Companhia entende que a referida interpretação não se aplica aos seus negócios.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e depósitos bancários à vista	1.623	1.710	8.841	8.882
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais ³				
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	593.994	741.573	678.009	934.407
Nota do Tesouro Nacional (NTN - F)	192.909	-	220.196	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	155.147	-	177.090	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	50.812	-	64.025
	942.050	792.385	1.075.295	998.432
Instituições Financeiras ⁴				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.198	2.022	14.155	48.106
Operações compromissadas com debêntures	-	-	29.282	27.160
	2.198	2.022	43.437	75.266
Total dos equivalentes de caixa	944.248	794.407	1.118.732	1.073.698
	945.871	796.117	1.127.573	1.082.580

³São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

⁴Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú), Banco do Brasil (BB) e Banco Votorantim.

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

A rentabilidade média do fundo no terceiro trimestre de 2011 foi de 100,2% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

4 - CLIENTES

Controladora (BRGAAP)					
30.09.2011					31.12.2010
Vencidos					
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	223.418	-	-	223.418	216.600
Comercializadoras	107.465	-	6.043	113.508	125.682
Consumidores livres	22.659	40	104	22.803	24.685
Exportação	19.000	-	740	19.740	740
Transações no âmbito da CCEE		-	-		
- Correntes	15.742	1.211	549	17.502	77.402
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	-	-	122.574	122.574	122.574
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	2.666	2.666	1.056
	388.284	1.251	132.676	522.211	568.739
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(128.617)	(128.617)	(122.574)
	388.284	1.251	4.059	393.594	446.165
Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
30.09.2011					31.12.2010
Vencidos					
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total
Concessionárias	298.804	-	273	299.077	271.921
Comercializadoras	46.393	-	6.180	52.573	56.524
Consumidores livres	147.877	834	104	148.815	121.788
Exportação	19.000	-	740	19.740	740
Transações no âmbito da CCEE		-			
- Correntes	16.111	1.222	554	17.887	79.077
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	-	-	122.574	122.574	122.574
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	2.666	2.666	1.056
	528.185	2.056	133.091	663.332	653.680
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(128.754)	(128.754)	(122.574)
	528.185	2.056	4.337	534.578	531.106

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data da competência do faturamento.

No primeiro trimestre de 2011 a Companhia constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 6.043 na controladora e de R\$ 6.180 no consolidado, em razão de inadimplência a longa data de determinada comercializadora na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Companhia está tomando as medidas cabíveis para recuperar o valor pendente de recebimento.

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores vincendos, no montante de R\$ 110.498, identificados como “Agentes com ações judiciais ou inadimplentes”, foi constituída em virtude das incertezas quanto à sua realização. Esses créditos são oriundos de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Os agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias correspondentes a R\$ 12.076, referem-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002, relativos a transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

5 - TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Circulante				
ICMS ⁵	7.625	4.178	8.152	4.855
Imposto de renda e contribuição social	7.878	5.761	13.082	19.079
Cofins ⁶	38.713	42.122	96.326	54.687
PIS ⁷	8.782	9.518	21.107	12.135
INSS ⁸	1.983	1.054	1.983	1.062
	64.981	62.633	140.650	91.818
Não circulante				
ICMS	11.181	11.178	14.139	16.090
Imposto de renda e contribuição social	-	-	7.329	-
Cofins	5.265	11.147	114.268	164.293
PIS	1.143	2.448	24.989	35.797
INSS	3.700	3.700	3.706	3.700
	21.289	28.473	164.431	219.880

⁵Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)

⁶Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

⁷Programa de Integração Social (PIS)

⁸Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Os valores a recuperar relacionados ao PIS e à Cofins referem-se, substancialmente, à opção pela utilização do direito aos créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e construções de edificações, conforme previsto na legislação específica.

Até julho de 2011, os créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos vinham sendo compensados mensalmente na proporção de 1/48. A partir de agosto de 2011, o saldo dos créditos em 31.07.2011 e os constituídos a partir desta data vêm sendo compensados mensalmente em até 12 (doze) meses, até a sua completa compensação em julho de 2012.

Os créditos oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

6 - ATIVO NÃO CORRENTE A VENDA

Em junho de 2011, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato de venda, dentre as quais a anuência prévia da Aneel e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa e Econômica (CADE), foi concluída a venda da totalidade das ações da Seival Participações S.A. (Seival).

O valor total corrigido da venda foi de R\$ 38.523. Em consequência de conclusão da operação, a parcela final de R\$ 14.304 foi integralmente recebida e o ganho de capital de R\$ 15.436 foi reconhecido no resultado da Companhia.

A Seival é uma sociedade de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival (UTE Seival), que, por sua vez, detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar a usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de 540 MW.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

7 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Circulante				
Conta reserva para transações na CCEE				
CDB	-	-	4.102	81
Operações compromissadas com debêntures	-	21.793	821	33.600
Fundos de investimentos	2.618	47.872	2.618	47.872
	2.618	69.665	7.541	81.553
Não circulante				
Conta reserva dos serviços da dívida				
CDB	-	-	6.712	7.196
Operações compromissadas com debêntures	-	-	-	1.965
Fundos de investimentos	-	-	84.561	42.083
	-	-	91.273	51.244

A redução do saldo da “Conta reserva para transações na CCEE” decorreu de uma menor necessidade de constituição de reserva financeira para garantia de transações na CCEE, em razão da menor exposição da Companhia nesse mercado no ano de 2011.

O saldo da “Conta reserva dos serviços da dívida” aumentou em função do início da obrigação de constituição da reserva financeira em garantia do pagamento do financiamento contraído para a construção da UHE Estreito.

O rendimento médio das cauções e dos depósitos vinculados, no terceiro trimestre de 2011, foi de 100% do CDI.

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

Natureza dos créditos	Controladora (BRGAAP)				
	30.09.2011				31.12.2010
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	151.243	37.811	-	37.811	41.098
Benefícios pós-emprego	237.831	59.458	21.405	80.863	102.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.616	32.154	11.575	43.729	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	153.142	38.286	13.783	52.069	43.280
Depreciação acelerada	12.662	3.165	1.140	4.305	5.157
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Ágio incorporado	48.456	12.114	4.361	16.475	17.650
Outros	94.510	23.628	8.506	32.134	31.925
		210.085	62.019	272.104	288.413
Natureza dos créditos	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	30.09.2011				31.12.2010
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	151.243	37.811	-	37.811	41.098
Benefícios pós-emprego	237.831	59.458	21.405	80.863	102.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.753	32.188	11.588	43.776	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	154.228	38.558	13.881	52.439	43.596
Depreciação acelerada	12.662	3.165	1.140	4.305	5.157
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	50.151	12.538	4.513	17.051	17.745
Ágio incorporado	48.456	12.114	4.361	16.475	17.650
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	72.167	18.042	6.495	24.537	20.499
Outros	99.713	24.928	8.974	33.902	33.192
		242.271	73.606	315.877	328.240

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, oriundos de diferenças temporárias, ocorrerá pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social se realizarão pela geração de lucros tributáveis futuros das controladas que extraordinariamente apresentaram prejuízo.

O horizonte de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos e sua recuperação foram estimados conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Outubro a dezembro de 2011	9.590	10.023
2012	29.512	30.866
2013	35.794	37.165
2014	25.767	27.113
2015	18.233	21.263
2016 a 2017	83.173	90.397
2018 a 2019	27.299	38.359
2020 em diante	42.736	60.691
	272.104	315.877

9 - ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nessa rubrica está registrado o montante a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A partir de fevereiro de 2009, a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor histórico total, em 30.09.2011, é de R\$ 74.280 (R\$ 50.862 em 31.12.2010).

Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas de retomada dos pagamentos, a Companhia não teve alternativa senão iniciar um processo de execução judicial do contrato exigindo o montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que a inadimplência da Eleja antecipou o vencimento total do contrato.

A Companhia entende que o saldo apresentado no balanço patrimonial reflete a melhor estimativa do valor justo desse ativo naquelas datas. O valor nominal da dívida em 30.09.2011, atualizado pelo IGP-DI, é de R\$ 116.291 (R\$ 106.228 em 31.12.2010).

A ação de execução movida contra a Eleja está tramitando no foro de Florianópolis (SC), tendo sido concedido o arresto dos bens dados em garantia constante no registro de títulos e documentos de Charqueadas (RS). Em março de 2011, esse arresto foi convertido em penhora e a Companhia está aguardando a conclusão da perícia judicial que está sendo levada a efeito por perito judicial para apurar o valor dos bens dados em garantia.

Atualmente, esse conjunto de bens, que já foi penhorado, possui valor de mercado que na avaliação da Companhia corresponde a um montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, razão pela qual a Administração julgou não ser necessária a constituição de qualquer provisão para perda na recuperação do crédito.

10 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Tributários	92.067	84.720	92.513	85.075
Cíveis	10.198	40.996	10.916	42.485
Trabalhistas	3.496	5.599	3.831	5.904
	105.761	131.315	107.260	133.464

Os valores depositados têm relação direta com os processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas dos quais a Companhia faz parte. Do montante registrado em 30.09.2011, R\$ 37.469 (R\$ 68.568 em 31.12.2010) estão diretamente relacionados às provisões demonstradas na Nota 20 – Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

b) Mutação:

	Controladora (BRGAAP)				
	Saldo em 31.12.2010	Adições	Atualizações	Baixas e resgates	Saldo em 30.09.2011
Tributários	84.720	76	7.271	-	92.067
Cíveis	40.996	10.465	1.054	(42.317)	10.198
Trabalhistas	5.599	561	212	(2.876)	3.496
	131.315	11.102	8.537	(45.193)	105.761

Consolidado (BRGAAP e IFRS)						
	Saldo em 31.12.2010	Adições	Transferência e reclassificações	Atualizações	Baixas e resgates	Saldo em 30.09.2011
Tributários	85.075	101	56	7.281	-	92.513
Cíveis	42.485	11.132	(994)	1.054	(42.761)	10.916
Trabalhistas	5.904	649	-	212	(2.934)	3.831
	133.464	11.882	(938)	8.547	(45.695)	107.260

No segundo trimestre de 2011 a Companhia resgatou a aplicação financeira, no valor de R\$ 32.936, que vinha sendo contratada pela controlada Ponte de Pedra S.A. (PPESA) para reduzir o custo da fiança bancária vinculada à ação judicial de natureza cível relativa à contestação do valor da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) da usina. Com a incorporação da PPESA pela Tractebel Energia, em 2010, e a consequente redução do risco de crédito da Companhia, o banco deixou de exigir a referida aplicação financeira.

11 - INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)	
	30.09.2011	31.12.2010
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.294.121	2.162.946
Ágio/Direito de concessão	118.596	119.817
	2.412.717	2.282.763

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Informações financeiras das controladas

	Itasa	CESS	Lages	TBLC	EAS ⁹	TBLP	CEE
31.12.2010							
Participação (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
Ativo total	852.035	1.385.165	84.226	259.985	-	934.031	2.336.439
Patrimônio líquido	598.445	351.733	71.193	65.431	-	514.067	868.509
30.09.2011							
Participação (%)	48,75	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
Ativo total	821.394	1.366.957	66.034	317.296	-	934.345	2.522.426
Patrimônio líquido	643.169	355.502	56.407	138.612	-	548.006	881.778
Receita líquida	180.761	147.241	27.788	1.105.897	-	81.765	58.582
Lucro líquido	45.598	3.770	214	73.181	-	8.754	13.269

b.2) Movimentação dos investimentos

	Itasa	CESS	Lages	TBLC	TBLP	CEE	Outras	Total
Saldo em 31.12.2010	291.743	351.733	71.193	65.431	514.067	868.509	270	2.162.946
AFAC ¹⁰	-	-	-	-	25.478	-	-	25.478
Equivalência patrimonial	22.229	3.770	214	73.181	8.754	13.269	-	121.417
Dividendos	(424)	-	(15.000)	-	-	-	-	(15.424)
Reclassificação	-	-	-	-	(296)	-	-	(296)
Saldo em 30.09.2011	313.548	355.503	56.407	138.612	548.003	881.778	270	2.294.121

No dia 22.03.2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de cinco projetos eólicos para venda de energia elétrica no mercado livre, totalizando 145,4 MW, com investimento total estimado em R\$ 640.000.

A Companhia está em processo de negociação com os fornecedores de equipamentos e montagem, assim como com o BNDES, para a contratação dos financiamentos. A conclusão da construção dos parques eólicos está prevista para o quarto trimestre de 2012. Uma parte significativa da capacidade comercial da energia a ser gerada está vendida para clientes no mercado livre em contratos de médio e longo prazos.

⁹ Energia América do Sul Ltda. (EAS) incorporada pela Companhia em 30.12.2010.

¹⁰ Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Seguem informações sobre os projetos:

Empresas	Usina	Capacidade instalada	Localização
Central Eólica Mundaú S.A.	Central Eólica Mundaú	30,0 MW	Trairi - CE
Central Eólica Guajiru S.A.	Central Eólica Guajiru	30,0 MW	Trairi - CE
Central Eólica Fleixeiras I S.A.	Central Eólica Fleixeiras I	30,0 MW	Trairi - CE
Central Eólica Trairi S.A.	Central Eólica Trairi	25,4 MW	Trairi - CE
Eólica Porto das Barcas S.A.	Eólica Porto do Delta	30,0 MW	Parnaíba - PI

c) Ágio/direito de concessão – controladora

Empresas	CESS	CEE	Total
Saldo em 31.12.2010	33.369	86.448	119.817
Amortização	(950)	(271)	(1.221)
Saldo em 30.09.2011	32.419	86.177	118.596

Os ágios/direitos de concessão pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras, e decorreram da aquisição da concessão ou autorização outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica. Esses valores estão sendo amortizados no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

12 - IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora (BRGAAP)			
			30.09.2011		31.12.2010
	Taxa média de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em operação					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,08	4.413.441	(2.091.782)	2.321.659	2.422.496
Edificações e benfeitorias	3,05	1.272.759	(688.941)	583.818	595.343
Máquinas e equipamentos	3,72	5.479.907	(3.341.438)	2.138.469	2.227.806
Veículos	20,00	1.643	(1.093)	550	714
Móveis e utensílios	10,00	6.267	(3.840)	2.427	2.748
		11.174.017	(6.127.094)	5.046.923	5.249.107
Obrigações especiais		(13.583)	-	(13.583)	(10.223)
		11.160.434	(6.127.094)	5.033.340	5.238.884
Imobilizado em andamento					
Edificações e benfeitorias		11.917	-	11.917	5.054
Máquinas e equipamentos		74.785	-	74.785	67.994
Aquisições a ratear		4.875	-	4.875	3.338
		91.577	-	91.577	76.386
		11.252.011	(6.127.094)	5.124.917	5.315.270



	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
		30.09.2011			31.12.2010
	Taxa média de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em operação					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,59	6.816.115	(2.211.882)	4.604.233	3.268.782
Edificações e benfeitorias	3,21	1.739.410	(741.031)	998.379	986.857
Máquinas e equipamentos	3,62	7.256.511	(3.545.442)	3.711.069	3.470.028
Veículos	20,00	1.966	(1.385)	581	755
Móveis e utensílios	10,00	7.628	(4.152)	3.476	3.823
		15.821.630	(6.503.892)	9.317.738	7.730.245
Obrigações especiais		(13.708)	-	(13.708)	(10.348)
		15.807.922	(6.503.892)	9.304.030	7.719.897
Imobilizado em andamento					
Reservatórios, barragens e adutoras		10.266	-	10.266	404.336
Edificações e benfeitorias		12.490	-	12.490	475.204
Máquinas e equipamentos		226.760	-	226.760	888.601
Adiantamento a fornecedores		99.940	-	99.940	70.626
Aquisições a ratear		279.026	-	279.026	417.345
		628.482	-	628.482	2.256.112
		16.436.404	(6.503.892)	9.932.512	9.976.009

b) Mutação

Controladora (BRGAAP)							
	Saldo em 31.12.2010	Ingressos	Reclassificação	Transfêrências	Depreciação	Baixas	Saldo em 30.09.2011
Em operação							
Reservatórios, barragens e adutoras	2.422.496	-	-	(12.466)	(88.371)	-	2.321.659
Edificações e benfeitorias	595.343	-	-	10.065	(21.590)	-	583.818
Máquinas e equipamentos	2.227.806	-	-	69.975	(159.163)	(149)	2.138.469
Veículos	714	-	-	(83)	(81)	-	550
Móveis e utensílios	2.748	-	-	139	(444)	(16)	2.427
	5.249.107	-	-	67.630	(269.649)	(165)	5.046.923
Obrigações especiais	(10.223)	(3.360)	-	-	-	-	(13.583)
	5.238.884	(3.360)	-	67.630	(269.649)	(165)	5.033.340
Em andamento							
Edificações e benfeitorias	5.054	18.871	-	(12.008)	-	-	11.917
Máquinas e equipamentos	67.994	33.132	-	(26.341)	-	-	74.785
Aquisições a ratear	3.338	25.119	5.699	(29.281)	-	-	4.875
	76.386	77.122	5.699	(67.630)	-	-	91.577
	5.315.270	73.762	5.699	-	(269.649)	(165)	5.124.917

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)						Saldo em 30.09.2011
	Saldo em 31.12.2010	Ingressos	Reclassi- ficação	Transfe- rências	Depreciação	Baixas	
Em operação							
Reservatórios, barragens e adutoras	3.268.782	-	-	1.452.554	(117.103)	-	4.604.233
Edificações e benfeitorias	986.857	-	-	45.241	(33.719)	-	998.379
Máquinas e equipamentos	3.470.028	-	-	448.751	(207.561)	(149)	3.711.069
Veículos	755	-	-	(82)	(92)	-	581
Móveis e utensílios	3.823	-	-	182	(513)	(16)	3.476
	7.730.245	-	-	1.946.646	(358.988)	(165)	9.317.738
Obrigações especiais	(10.348)	(3.360)	-	-	-	-	(13.708)
	7.719.897	(3.360)	-	1.946.646	(358.988)	(165)	9.304.030
Em andamento							
Reservatórios, barragens e adutoras	404.336	138.098	-	(532.168)	-	-	10.266
Edificações e benfeitorias	475.204	17.193	-	(479.907)	-	-	12.490
Máquinas e equipamentos	888.601	91.574	-	(753.415)	-	-	226.760
Adiantamento a fornecedores	70.626	42.481	-	(13.167)	-	-	99.940
Aquisições a ratear	417.345	23.971	5.699	(167.989)	-	-	279.026
	2.256.112	313.317	5.699	(1.946.646)	-	-	628.482
	9.976.009	309.957	5.699	-	(358.988)	(165)	9.932.512

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28, em 01.01.2009, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado de suas usinas que apresentavam valor contábil substancialmente diferente do seu valor justo.

Os saldos em 30.09.2011 e 31.12.2010 contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, de R\$ 1.008.348 e R\$ 1.073.015, respectivamente. A depreciação sobre o ajuste a valor justo nos períodos findos em 30.09.2011 e 30.09.2010 foi de R\$ 64.625 e R\$ 64.635, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, pronunciamento consistente com o CPC 15 - Combinação de negócios, para as combinações incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas pela Companhia a partir de 01.01.2008. Essa norma permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição.

e) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há previsão de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Dessa forma, a Companhia, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, as quais estão limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação da concessão. Cabe ressaltar que todos os principais itens de imobilizado adquiridos até 01.01.2007 foram registrados pelo custo atribuído com base na avaliação dos seus valores justos na data de transição para as normas IFRS e os novos CPCs, em 01.01.2009.

f) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no ativo imobilizado em andamento durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no terceiro trimestre de 2011 foram de R\$ 22.278 (R\$ 7.827 no terceiro trimestre de 2010), em base consolidada.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

13 - INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)					
	30.09.2011			31.12.2010		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	25.495	(13.903)	11.592	21.896	(11.762)	10.134
Ágio incorporado da CEM ¹¹	44.578	(38.473)	6.105	44.578	(35.241)	9.337
	70.073	(52.376)	17.697	66.474	(47.003)	19.471
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.09.2011			31.12.2010		
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Total
Direito de uso	29.594	(14.720)	14.874	25.887	(12.387)	13.500
Direito de compra de energia	64.561	-	64.561	64.561	-	64.561
Direitos do Projeto Trairí	3.133	-	3.133	3.133	-	3.133
Ágio incorporado da CEM	44.578	(38.473)	6.105	44.578	(35.241)	9.337
Ágio incorporado da Itasa	72.793	(71.546)	1.247	72.793	(67.803)	4.990
	214.659	(124.739)	89.920	210.952	(115.431)	95.521

¹¹Companhia Energética Meridional (CEM), subsidiária integral incorporada pela Companhia em 2008.

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios da Itasa e da incorporada CEM também possuem vida útil definida e serão amortizados até dezembro de 2011 e fevereiro de 2013, respectivamente.

Os direitos do Projeto Trairí correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamento, adquiridos em uma combinação de negócios.

b) Mutação

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Saldo em 31.12.2010	19.471	95.521
Ingresso	3.599	3.826
Transferência	-	(119)
Amortização	(5.373)	(9.308)
Saldo em 30.09.2011	17.697	89.920

14 - FORNECEDORES

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Encargos de uso da rede elétrica	90.467	81.003	95.846	84.857
Energia elétrica comprada	85.403	53.569	91.595	104.203
Transações no âmbito da CCEE	371	1.337	1.281	1.337
Materiais e serviços	38.110	34.686	77.962	77.528
Combustíveis fósseis e biomassa	59.195	3.491	56.739	926
	273.546	174.086	323.423	268.851

O aumento no saldo da conta “Combustíveis fósseis e biomassa” decorreu, substancialmente, da compra de carvão mineral para a geração de energia para exportação.

15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)					
	30.09.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	-	-
Eletrobras	-	-	-	10.796	-	10.796
BNDES	14.965	8.730	23.695	14.965	19.953	34.918
Banco do Brasil	882	-	882	3.529	-	3.529
Encargos	10.020	-	10.020	171	-	171
	25.867	438.730	464.597	29.461	19.953	49.414
Moeda estrangeira						
STN ¹²	16.520	100.394	116.914	15.425	104.500	119.925
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	98.864	98.864	-	88.964	88.964
Encargos	10.580	-	10.580	4.691	-	4.691
	27.100	199.258	226.358	20.116	193.464	213.580
	52.967	637.988	690.955	49.577	213.417	262.994
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.09.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	430.000	430.000	-	-	-
Eletrobras	-	-	-	10.796	-	10.796
BNDES	101.868	1.343.543	1.445.411	73.064	1.297.836	1.370.900
Bancos (Repasse BNDES)	82.910	981.543	1.064.453	56.086	1.001.920	1.058.006
Banco do Brasil	4.848	20.160	25.008	7.495	23.135	30.630
BRDE	6.265	-	6.265	6.835	4.556	11.391
CEF	6.034	43.772	49.806	5.777	46.234	52.011
Encargos	18.913	-	18.913	9.245	-	9.245
	220.838	2.819.018	3.039.856	169.298	2.373.681	2.542.979
Moeda estrangeira						
STN	16.520	100.394	116.914	15.425	104.500	119.925
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	98.864	98.864	-	88.964	88.964
Encargos	10.580	-	10.580	4.691	-	4.691
	27.100	199.258	226.358	20.116	193.464	213.580
	247.938	3.018.276	3.266.214	189.414	2.567.145	2.756.559

¹² Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas.

b) Mutação

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	49.577	213.417	262.994	189.414	2.567.145	2.756.559
Ingressos	-	430.000	430.000	-	502.799	502.799
Transferências	18.534	(18.534)	-	157.258	(157.258)	-
Juros no resultado	21.594	-	21.594	87.746	13.710	101.456
Juros capitalizados	-	-	-	-	78.775	78.775
Variações cambiais	1.779	15.993	17.772	1.779	15.993	17.772
Remuneração de garantias depositadas	-	(2.888)	(2.888)	-	(2.888)	(2.888)
Amortização de principal	(31.987)	-	(31.987)	(115.438)	-	(115.438)
Amortização de juros	(6.530)	-	(6.530)	(72.821)	-	(72.821)
Saldo em 30.09.2011	52.967	637.988	690.955	247.938	3.018.276	3.266.214

Bank of America Merrill Lynch

Em 07.07.2011 a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch no valor de US\$ 273.537 (equivalente a R\$ 430.000). A liberação dos recursos ocorreu em 20.07.2011 e as principais condições contratadas são as seguintes:

- Juros: 2,6236% a.a. fixos.
- Vencimento principal: 20.07.2013, 20.01.2014 e 20.07.2014.
- Amortização dos juros: trimestralmente com início em 20.10.2011 e término em 20.07.2014.
- Compromissos contratuais (*covenants*): EBITDA/despesas financeiras consolidadas $\geq 2,0$ e Dívida consolidada/EBITDA $\leq 3,5$.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R\$ 430.000, através da qual terá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A instituição financeira que concedeu o empréstimo garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap* em base líquida, caso necessário, e fará estas liquidações simultaneamente nos seus respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que este fluxo de caixa estará exposto.

Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros será equivalente a 98% do CDI.

BNDES

No terceiro trimestre de 2011 o BNDES liberou R\$ 18.792 (R\$ 64.403 em 2011) relativos ao financiamento da construção da UHE Estreito.

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Outubro a dezembro de 2012	3.741	3.824	7.565	52.498	3.824	56.322
2013	148.322	7.911	156.233	337.498	7.911	345.409
2014	286.667	3.824	290.491	456.251	3.824	460.075
2015	-	98.864	98.864	170.438	98.864	269.302
2016	-	-	-	171.374	-	171.374
2017 a 2019	-	-	-	508.037	-	508.037
2020 a 2022	-	-	-	475.286	-	475.286
2023 a 2025	-	84.835	84.835	324.618	84.835	409.453
2026 a 2029	-	-	-	323.018	-	323.018
	438.730	199.258	637.988	2.819.018	199.258	3.018.276

d) Principais condições contratadas

	Juros	Condições de pagamento		Saldo
		Vencimento	Principal e juros	
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	Libor + 1,075% a.a.	04.2024	Semestral	120.918
BNP Paribas (Floating Rate Note)	Euribor+ 2,75%a.a.	11.2015	Anual	105.440
Moeda nacional				
TBLE				
Banco do Brasil	8,14% a.a. ^(c)	12.2011	Mensais	886
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	04.2013	Mensais	23.788
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 03 parcelas: 22.07.2013, 21.01.2014 e 21.07.2014 ^(e)	439.922
			Juros: trimestrais	
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. ^(a)	09.2013	Mensais	24.367
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,85% a.a. ^(a)	09.2013	Mensais	30.206
Lages (BRDE)	TJLP + 2,25% a.a. ^(a)	08.2012	Mensais	6.286
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	194.041
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	391.918
Tupan (CEF)	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2019	Mensais	49.862
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. ^(c)	10.2017	Mensais	24.274
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	96.856
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	66.264
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	60.483

	Juros	Condições de pagamento		Saldo
		Vencimento	Principal e juros	
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais, após 02.2011	35.133
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais, após 02.2011	33.479
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais, após 10.2011	899.579
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais, após 07.2012 ^(d)	16.342
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais, após 10.2011	646.170

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

^(b) Os Bancos (Repasse BNDES) são Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.

^(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

^(d) Os juros serão pagos trimestralmente no período compreendido entre 15.11.2010 e 15.06.2012.

^(e) Os juros serão pagos trimestralmente no período compreendido entre 20.10.2011 e 21.07.2014.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao caso a seguir comentado.

A controlada indireta Hidropower Energia S.A. possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente, o de cobertura do serviço da dívida e o de margem EBITDA.

Em decorrência de questões estruturais, o passivo circulante dessa empresa encontra-se em nível acima do inicialmente previsto no momento da contratação do financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida.

A Companhia obteve um *waiver* do Banco do Brasil pelo eventual não cumprimento de qualquer um dos *covenants* financeiros estabelecidos no contrato, até a liquidação do financiamento. A dívida em 30.09.2011 é de R\$ 24.274 (R\$ 27.245 em 31.12.2010).

16 - DEBÊNTURES

a) Composição

	30.09.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora (BRGAAP)						
1ª Emissão (1ª Série)	-	-	-	150.558	-	150.558
2ª Emissão	145.902	293.374	439.276	-	420.668	420.668
3ª Emissão	-	-	-	604.064	-	604.064
4ª Emissão	-	-	-	80.000	320.890	400.890
Cana Brava	15.141	16.655	31.796	14.437	24.406	38.843
Juros	11.944	-	11.944	46.119	-	46.119
Total Controladora	172.987	310.029	483.016	895.178	765.964	1.661.142
Itasa (1ª e 2ª Séries)	4.690	8.190	12.880	9.034	16.380	25.414
Juros	1.012	-	1.012	805	-	805
Total Consolidado (BRGAAP e IFRS)	178.689	318.219	496.908	905.017	782.344	1.687.361

b) Mutação

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	895.178	765.964	1.661.142	905.017	782.344	1.687.361
Transferências	475.925	(475.925)	-	484.115	(484.115)	-
Juros	78.404	1.610	80.014	79.897	1.610	81.507
Variações monetárias	7.543	18.380	25.923	8.494	18.380	26.874
Amortização de principal	(1.161.883)	-	(1.161.883)	(1.175.368)	-	(1.175.368)
Amortização de juros	(122.180)	-	(122.180)	(123.466)	-	(123.466)
Saldo em 30.09.2011	172.987	310.029	483.016	178.689	318.219	496.908

No segundo trimestre de 2011 a Companhia e sua controlada Itasa realizaram as seguintes amortizações de debêntures: (i) 3ª emissão, no valor total de R\$ 637.175, integralmente pago em 01.04.2011; (ii) 1ª série da 1ª emissão, no montante total de R\$ 169.280, quitado em 29.04.2011; e (iii) 2ª série da 1ª emissão da controlada Itasa, na importância de R\$ 30.299 (R\$ 14.771 referente à participação da Companhia), em 01.06.2011.

Já no terceiro trimestre, a Companhia liquidou antecipadamente as debêntures da 4ª Emissão, no valor total de R\$ 414.845, incluindo o pagamento da multa decorrente de liquidação antecipada de R\$ 4.000. Essa amortização foi feita com parte dos recursos decorrentes do empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch, conforme anteriormente mencionado. As debêntures liquidadas tinham um encargo financeiro total de 110% do CDI e a última parcela anual de amortização do principal venceria em 05.11.2015.

c) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Outubro a dezembro de 2012	7.960	12.055
2013	155.222	159.317
2014	146.847	146.847
	310.029	318.219

d) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/variação monetária	Principal	
Controladora					
2ª Emissão - Série única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.2012/13/14	Sem garantia
Cana Brava - Série única	7.773	TJLP + 4% a.a. ¹³	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Recebíveis da venda de energia
Itasa - 1ª Série	8.400	IGP-M + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12	Anualmente, em 01.12 até 01.12.2013	Penhor dos direitos creditórios

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

17 - CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Usina Hidrelétrica Cana Brava	415.755	373.704	415.755	373.704
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	383.114	347.321	383.114	347.321
Usina Hidrelétrica São Salvador	-	-	396.212	379.736
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	36.043	34.186
	798.869	721.025	1.231.124	1.134.947
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	2.662	2.499	45.379	42.297
Passivo não circulante	796.207	718.526	1.185.745	1.092.650
	798.869	721.025	1.231.124	1.134.947

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União permitindo a utilização do bem público para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União foram registradas no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. (Informações adicionais estão contidas na Nota 12 - Imobilizado)

¹³ O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar de Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10% a.a. e para Ponte de Pedra de 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas, a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora (BRGAAP)			Consolidado (BRGAAP e IFRS)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2010	2.499	718.526	721.025	42.297	1.092.650	1.134.947
Transferências	2.025	(2.025)	-	34.121	(34.121)	-
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.462	1.462
Juros no resultado	-	48.746	48.746	-	77.083	77.083
Variações monetárias	-	30.960	30.960	-	48.671	48.671
Amortizações	(1.862)	-	(1.862)	(31.039)	-	(31.039)
Saldo em 30.09.2011	2.662	796.207	798.869	45.379	1.185.745	1.231.124

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Outubro a dezembro de 2012	316	10.451
2013	938	39.154
2014	901	35.643
2015	867	32.451
2016	835	29.540
2017 a 2019	8.168	79.553
2020 a 2022	105.483	159.102
2023 a 2025	193.358	233.636
2026 a 2028	196.890	227.146
2029 a 2031	181.106	203.834
2032 a 2034	107.345	124.418
2035 a 2037	-	10.817
	796.207	1.185.745

18 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar disponibiliza aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia - na condição de sua Instituidora - e por outras Companhias estabelecidas no Brasil que fazem parte do grupo International Power/GDF SUEZ. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de dois tipos: Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD), que está fechado para novas adesões.

Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões.

A composição dos benefícios pós-emprego da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas está apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado (BRGAAP e IFRS)					
	30.09.2011			31.12.2010		
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
			Total			Total
Obrigações contratadas e /ou reconhecidas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	18.184	104.155	122.339	20.111	111.981	132.092
Passivo atuarial não contratado						
Cobertura dos custos relativos à SB-40 ¹⁴ e contribuições correntes	1.861	1.947	3.808	2.185	2.607	4.792
Déficit atuarial e Gratificação de Confidencialidade (GC)	32.305	201.877	234.182	3.643	294.864	298.507
Passivo atuarial registrado	52.350	307.979	360.329	25.939	409.452	435.391

A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Outubro a dezembro de 2012	3.942	612	4.554
2013	16.498	2.303	18.801
2014	17.511	1.869	19.380
2015	2.903	1.687	4.590
2016	3.078	1.788	4.866
2017 a 2019	10.386	6.034	16.420
2020 a 2022	12.370	6.115	18.485
2023 a 2025	9.076	1.154	10.230
2026 a 2029	6.829	-	6.829
	82.593	21.562	104.155

¹⁴ SB-40 – Aposentadoria especial em prazo reduzido.

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano BD	Plano CD	GC	Total
Passivo em 31.12.2010	407.998	25.878	1.515	435.391
Efeitos no resultado de 2011:				
Custo dos juros	90.488	2.889	143	93.520
Custo do serviço corrente	59	-	50	109
Rendimento esperado dos ativos	(77.642)	(1.836)	-	(79.478)
Amortização dos ganhos atuariais	(60.749)	(693)	30	(61.412)
Ganho líquido	(47.844)	360	223	(47.261)
Contribuições	(2.004)	(4.106)	-	(6.110)
Pagamentos de obrigações contratadas	(21.180)	(246)	-	(21.426)
Benefícios pagos	-	-	(265)	(265)
Passivo em 30.09.2011	336.970	21.886	1.473	360.329

Os ganhos líquidos a serem reconhecidos no resultado de outubro a dezembro de 2011, relativamente aos planos de benefício definido e gratificação de confidencialidade, são os seguintes:

	Plano BD	Plano CD	GC	Total
Custo dos juros	(30.163)	(963)	(48)	(31.174)
Custo do serviço corrente	(20)	-	(17)	(37)
Rendimento esperado dos ativos do plano	25.961	671	-	26.632
Amortização dos ganhos atuariais	20.250	231	(10)	20.471
Ganho líquido	16.028	(61)	(75)	15.892

A Administração da Companhia entende que não houve alterações significativas nas premissas econômicas e atuariais utilizadas na avaliação de seu passivo atuarial que precisassem ser revistas em 30.09.2011.

19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – PASSIVO

Natureza dos créditos	Controladora (BRGAAP)			
	30.09.2011			31.12.2010
	Base de cálculo	IR	CS	Total
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535
Valor justo do ativo imobilizado	1.058.542	264.636	95.269	382.571
Valor justo de concessão a pagar	50.718	12.679	4.565	15.739
	1.216.716	304.179	109.505	413.684
				434.845

Natureza dos créditos	Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
	30.09.2011				31.12.2010
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo do ativo imobilizado	1.058.542	264.636	95.269	359.905	382.571
Valor justo de concessão a pagar	50.718	12.679	4.565	17.244	15.739
Depreciação acelerada incentivada	55.313	13.828	4.978	18.806	10.846
	1.272.029	318.007	114.483	432.490	445.691

Provisão para venda de energia - decorre das transações realizadas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, o eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizaria a inexistência da receita e do respectivo ativo. Por essa razão, a receita está sendo tratada como provisão e considerada como diferença temporária para fins fiscais. A Companhia constituiu ainda provisão para perda de créditos a receber relativos a essa receita e, consequentemente, reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre essa provisão.

Valor justo do ativo imobilizado - corresponde à diferença entre o valor de livros e o de avaliação, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado, em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10.

Valor justo de concessão a pagar - resulta da aplicação do CPC 15 - Combinação de negócios na aquisição de controlada.

Depreciação acelerada incentivada - decorre da aceleração da depreciação de determinados custos de construção e aquisição de ativos em certas usinas da Companhia, conforme previsto na legislação fiscal.

A realização do passivo fiscal diferido foi estimada conforme abaixo:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Outubro a dezembro de 2011	7.743	7.743
2012	30.972	30.972
2013	29.061	29.061
2014	22.833	22.833
2015	21.128	21.128
2016 a 2017	76.728	76.728
2018 a 2019	40.877	40.877
2020 em diante	184.342	203.148
	413.684	432.490

20 - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionados por valores julgados suficientes para a cobertura dos desembolsos futuros necessários para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Riscos tributários prováveis				
INSS	31.061	29.827	31.061	29.827
Outros	2.443	2.433	2.443	2.433
	33.504	32.260	33.504	32.260
Riscos cíveis prováveis				
Contratos com fornecedores	23.930	22.288	23.930	22.288
Benefício de aposentadoria	20.346	26.844	20.346	26.844
Doença ocupacional e acidente do trabalho	5.407	6.536	5.407	6.536
Tarifa de uso do sistema de transmissão	46.493	37.412	46.493	37.412
Ambientais	6.886	6.317	6.886	6.317
Ações diversas	6.915	6.495	9.834	9.046
	109.977	105.892	112.896	108.443
Riscos trabalhistas prováveis	11.976	13.579	11.976	13.579
Total das provisões para riscos prováveis	155.457	151.731	158.376	154.282
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	13.600	10.720	13.746	10.866
Passivo não circulante	141.857	141.011	144.630	143.416
	155.457	151.731	158.376	154.282

Riscos tributários prováveis – Atualizações do ano de 2011

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Com referência à notificação do INSS, decorrente de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados, a União Federal interpôs recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Tal recurso não foi acatado, conforme decisão publicada em 14.04.2011. Em face do exposto, a União Federal ingressou com novo recurso, que se encontra de posse do Ministro relator para o julgamento.

Riscos cíveis prováveis - Atualizações

Contratos com fornecedores

Em relação à ação ordinária ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a Companhia, em 08.06.2011, interpôs recurso especial contra a decisão proferida e, em 10.06.2011, apresentou petição informando a interposição do recurso especial. Desde então os autos aguardam nova análise para posterior julgamento

Benefício de aposentadoria

Em 05.05.2011 foi feito um acordo com parte dos reclamantes resultando em um pagamento de R\$ 2.021 e em uma reversão de provisão de R\$ 6.527.

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos - baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes - não apresentam risco provável de desembolso futuro. Esses processos não possuem valores provisionados, sendo apenas evidenciados em notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

Controladora (BRGAAP)						
	30.09.2011			31.12.2010		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	448.254	522.711	970.965	408.986	478.882	887.868
Cíveis	13.328	495	13.823	14.459	466	14.925
Trabalhistas	10.598	13.076	23.674	8.288	20.331	28.619
	472.180	536.282	1.008.462	431.733	499.679	931.412

Consolidado (BRGAAP e IFRS)						
	30.09.2011			31.12.2010		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	484.994	522.711	1.007.705	435.710	478.882	914.592
Cíveis	16.040	506	16.546	17.205	485	17.690
Trabalhistas	10.598	13.076	23.674	8.288	20.331	28.619
	511.632	536.293	1.047.925	461.203	499.698	960.901

Riscos tributários possíveis

Os principais objetos relativos aos passivos avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco possível são os seguintes:

1) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como risco possível decorrem de autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de:

1.1) Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC).

Em 30.12.2010 a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506/1976, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, sobre as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% a.a., acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985 o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, com o objetivo de alterar a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, passou a receber duas classificações contábeis distintas:

- i) a parcela das obras realizada com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e
- ii) a parcela das obras realizada com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido.

Com esse procedimento a receita isenta, que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser diferida no resultado sob a forma de amortização credora quando: (i) o ativo em construção que lhe dera origem entrou em operação; ou (ii) ocorrer a baixa do respectivo bem, sendo excluída para fins de apuração do lucro real.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-Lei vigorou para os valores calculados e contabilizados até 31.12.1998, tendo sido revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e sua contabilização a partir de 01.01.1996.

Dessa forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal foram calculados e contabilizados ao amparo do referido Decreto-Lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda. O montante atualizado dessa autuação em 30.09.2011, na controladora e no consolidado, é de R\$ 343.794 (R\$ 322.652 em 31.12.2010).

1.2) Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em 11.06.2008 a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis (SC), relativamente à parte do auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil, em virtude da utilização de base negativa de CSLL no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN).

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, e foram utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no 1ª Conselho da 7ª Câmara com Recurso de Ofício ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por parte da Receita Federal do Brasil, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação, em 30.09.2011, na controladora e no consolidado, é de R\$ 25.985 (R\$ 23.928 em 31.12.2010).

1.3) Denúncia espontânea

A Companhia fez compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Dessa forma, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se cogita que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia, que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação em 30.09.2011, na controladora e no consolidado, é de R\$ 52.067 (R\$ 47.946 em 31.12.2010).

2) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de comunicação e transporte (ICMS) de São Paulo

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, sendo que, somente a partir dessa data é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Esses autos de infração estão sendo contestados pela Companhia e seus advogados, que entendem que os mesmos não devem prosperar e consideram que a chance de êxito é superior ao risco de perda.

Em relação aos autos atribuídos à controlada TBLC, a autoridade julgadora reduziu o montante e a multa em um dos autos e no outro manteve os valores atribuídos. Em ambos os processos, foram interpostos recurso ordinário pelas partes perante o Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).

Nos autos aplicados à Tractebel Energia (controladora) houve redução do valor e da imposição de multa de um dos autos, sendo que esse processo possui recurso ordinário por parte da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e no outro, ainda não houve julgamento de primeira instância.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a Administração e seus consultores legais entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a chance de êxito das impugnações continua superior ao risco de perda. O montante atualizado desses autos em 30.09.2011 é de R\$ 12.711 (R\$ 9.210 em 31.12.2010), na controladora, e de R\$ 49.301 (R\$ 35.720 em 31.12.2010), no consolidado.

Riscos tributários remotos

Os principais passivos avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco remoto são os que seguem:

1) Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada “Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)” (“Subvenção CCC”).

Em 2009, a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, já incluídos os juros e multas, alegando que a “subvenção CCC” representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado.

Na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da “Subvenção da CCC”, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita. Dessa forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade com a intimação na esfera administrativa e, se necessário, efetuará na esfera judicial. Mesmo que a “Subvenção CCC” tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria “faturamento” que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da “Subvenção CCC” e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como “custo de operação” em contrapartida com uma receita de “Subvenção”.

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser “custo de operação” em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese apresentada, é entendimento da Administração que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando o julgamento da Delegacia de Julgamento de Florianópolis, na 4ª Turma. O montante atualizado em 30.09.2011 é de R\$ 160.969 (R\$ 157.529 em 31.12.2010).

2) PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 658/2006

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 (IN 468/2004) invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo “preço predeterminado”, previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia alegou que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usada desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implicava ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Posteriormente, a Lei nº 11.196/2005, em seu artigo 109, autorizou a manutenção da condição de preço predeterminado para os contratos com cláusulas de reajuste de preço que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados.

Em face do advento da referida lei, em julho de 2006 foi publicada a Instrução Normativa SRF nº 658/2006 (IN 658/2006), que expressamente revogou a IN 468/2004, incorporando a ideia de que a existência de cláusula de reajuste de preço com base em índices que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados não altera a predeterminação do preço dos contratos.

Em outubro de 2006 foi emitida decisão (acórdão) do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, dando integral provimento ao recurso de apelação, assegurando à Companhia o direito de recolher as contribuições do PIS e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto pelo artigo 10, XI, b da Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN 468/2004.

Diante das alterações trazidas pela Lei nº 11.196/2005 e pela IN 658/2006, e tendo em vista que elas não foram levadas em consideração pelo acórdão do TRF da 4ª Região, a Companhia apresentou recurso de embargos, com o objetivo de que o Tribunal conhecesse essa nova legislação, evitando, assim, o ajuizamento de nova medida judicial apenas para essa finalidade.

No entanto, o Tribunal não conheceu essas alterações legislativas, sob o argumento de que não seria possível aplicar ao processo a nova legislação, já que ela não era vigente na época da propositura do mandado de segurança.

Exclusivamente em razão dessa decisão, a Companhia apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face do acórdão, pleiteando sua reforma no tocante ao reconhecimento da ilegalidade da IN 468/2004 pelo TRF da 4ª Região. O recurso especial da União Federal não foi admitido, motivo pelo qual, em 12.04.2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, que garante o direito da Companhia de tributar as receitas provenientes dos contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03, pelo regime cumulativo das contribuições do PIS e da Cofins, sem as limitações impostas pela IN 468/2004.

Assim, pende de decisão no STJ apenas o recurso especial interposto pela Companhia que tem o único propósito de afastar a norma superveniente contida na IN 658/2006, não havendo mais quaisquer discussões sobre os valores recolhidos indevidamente ou depositados judicialmente sob a égide da IN 468/2004, cuja decisão transitou em julgado.

Em julho de 2010, foi deferido o pedido de expedição de alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados sob a vigência da IN 468/04, isto é, os depósitos efetuados até o mês de julho de 2006, no valor de R\$ 108.578.

Apesar dos fatos citados, a Receita Federal do Brasil entende que o trânsito em julgado formal do mandado de segurança ainda não ocorreu e, em consequência, indeferiu, em 14.02.2011, o pedido de habilitação do crédito decorrente dos valores recolhidos indevidamente no período de novembro de 2004 a maio de 2005, cujo montante atualizado em 30.09.2011, é de R\$ 65.206 (R\$ 62.802 em 31.12.2010). Apesar do indeferimento do crédito a Companhia mantém a expectativa de perda remota.

Em 14.06.2011, o recurso especial, interposto pela Fazenda Nacional não foi aceito, e o provimento do Agravo Regimental ¹⁵, então apresentado, teve negado o seu provimento por acórdão transitado em julgado. Sendo assim, em relação à parte da sentença favorável ao contribuinte, resta atendido o requisito do trânsito em julgado, indispensável para o deferimento do pedido de levantamento relativo à parcela proporcional ao seu sucesso na demanda.

Pende de julgamento no STJ apenas o recurso especial interposto pela Companhia, o qual visa obter a declaração do seu direito de permanecer sujeito ao regime cumulativo das contribuições do PIS e Cofins.

O levantamento dos depósitos efetuados sob a égide da IN 658/2006, no valor de R\$ 40.545 em 30.09.2011 (R\$ 38.832 em 31.12.2010), depende do julgamento do recurso especial no STJ. A provisão referente ao período de vigência da referida IN 658/2006 (a partir de agosto de 2006), cujo risco é considerado remoto, é de R\$ 352.886 em 30.09.2011 (R\$ 312.933 em 31.12.2010).

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria em 30.09.2011.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.09.2011 e 31.12.2010, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 30.09.2011, é de R\$ 8,05 (R\$ 7,77 por ação em 31.12.2010).

O quadro societário da Companhia em 30.09.2011 e 31.12.2010 está assim constituído:

<u>Acionistas</u>	<u>% do Capital</u>
GSELA	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	<u>100,00</u>

¹⁵ Agravo Regimental é aquele interposto para impugnar decisões tomadas individualmente pelo relator de outro recurso.

c) Composição das reservas

	30.09.2011	31.12.2010
Reserva de capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	91.695	91.695
Ajuste de avaliação patrimonial	665.534	708.190
Reservas de lucros		
Reserva legal	422.556	422.556
Reserva de retenção de lucros	1.229.380	1.229.380
Reserva de incentivos fiscais	22.901	16.827
Dividendo adicional proposto	-	158.270
	1.674.837	1.827.033
	2.432.066	2.626.918

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 - Ativo imobilizado - e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (01.01.2009). A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, a qual é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

22 - DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA**Custos da energia vendida e dos serviços prestados:**

	Controladora (BRGAAP)							
	2011				2010			
	3º Trimestre		Acumulado		3º Trimestre		Acumulado	
	Custos		Custos		Custos		Custos	
	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados
Pessoal	32.752	3.588	94.216	10.557	30.829	3.506	89.031	8.332
Material	7.595	54	16.823	424	4.491	120	13.678	229
Serviço de terceiro	20.976	925	61.472	3.725	15.195	1.427	48.442	2.607
Combustível para geração	63.138	-	98.065	-	22.849	-	31.961	-
Royalties ¹⁶	37.754	-	98.444	-	30.630	-	84.313	-
Depreciação e amortização	90.506	-	268.388	-	76.954	-	229.186	-
Aluguéis	1.702	146	5.196	515	1.202	104	3.522	143
Outros	8.908	241	17.925	530	4.899	124	13.848	399
	263.331	4.954	660.529	15.751	187.049	5.281	513.981	11.710

¹⁶ Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	2011				2010			
	3º Trimestre		Acumulado		3º Trimestre		Acumulado	
	Custos		Custos		Custos		Custos	
	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados	Energia vendida	Serviços prestados
Pessoal	33.317	3.588	95.789	10.557	31.044	3.506	89.614	8.332
Material	8.505	54	19.152	424	5.858	120	15.733	229
Serviço de terceiro	27.568	925	78.525	3.725	24.023	1.427	65.862	2.607
Combustível para geração	65.081	-	104.828	-	25.304	-	39.268	-
Royalties	43.831	-	114.526	-	36.329	-	100.804	-
Depreciação e amortização	125.269	-	357.836	-	108.461	-	328.683	-
Aluguéis	2.309	146	6.742	515	2.059	104	5.235	143
Outros	10.164	241	21.115	530	6.457	124	21.319	399
	316.044	4.954	798.513	15.751	239.535	5.281	666.518	11.710

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora (BRGAAP)							
	2011				2010			
	3º trimestre		Acumulado		3º trimestre		Acumulado	
	Despesas		Despesas		Despesas		Despesas	
	Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas
Pessoal	2.180	11.857	6.781	33.730	2.373	10.511	7.083	31.987
Administradores	-	4.394	-	11.437	-	4.373	-	11.227
Material	(26)	806	51	1.963	9	459	21	1.265
Serviço de terceiro	1.292	9.659	2.946	26.864	248	11.863	795	29.504
Depreciação e amortização	-	2.453	-	6.634	-	1.703	-	4.991
Aluguéis	58	1.137	160	3.928	56	1.048	156	2.824
Outros	-	8.412	-	30.615	601	6.641	1.843	19.180
	3.504	38.718	9.938	115.171	3.287	36.598	9.898	100.978

Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa.

Consolidado (BRGAAP e IFRS)									
2011					2010				
3º trimestre			Acumulado		3º trimestre			Acumulado	
Despesas			Despesas		Despesas			Despesas	
Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas	Com vendas	Gerais e administrativas
Pessoal	2.180	12.157	6.781	34.953	2.373	10.654	7.083	32.481	
Administradores	-	4.581	-	12.033	-	4.562	-	11.747	
Material	(26)	808	51	2.002	9	464	21	1.290	
Serviço de terceiro	1.303	10.133	4.649	29.064	297	9.805	963	28.906	
Depreciação e amortização	-	-	-	10.460	-	2.958	-	8.759	
Aluguéis	58	1.300	182	4.456	56	1.052	164	2.908	
Outros	282	12.304	738	31.221	828	12.252	2.537	25.086	
	3.797	41.283	12.401	124.189	3.563	41.747	10.768	111.177	

23 - REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

Controladora (BRGAAP)				
2011			2010	
3º trimestre	Acumulado		3º trimestre	Acumulado
Benefícios pós-emprego	20.845	67.477	18.770	56.489
Contingências cíveis	(3.580)	(4.085)	(701)	(2.579)
Contingências tributárias	383	(1.244)	(741)	(1.191)
Contingências trabalhistas	886	1.603	474	1.891
Devedores duvidosos	-	(6.043)	1.921	1.921
	18.534	57.708	19.723	56.531

Consolidado (BRGAAP e IFRS)				
2011			2010	
3º trimestre	Acumulado		3º trimestre	Acumulado
Benefícios pós-emprego	20.845	67.477	18.770	56.489
Contingências cíveis	(3.604)	(4.403)	(3.032)	(10.801)
Contingências tributárias	383	(1.244)	(741)	(1.191)
Contingências trabalhistas	886	1.603	474	1.891
Devedores duvidosos	-	(6.180)	1.921	1.921
Outros	(79)	(79)	-	-
	18.431	57.174	17.392	48.309

A reversão na rubrica “Benefícios pós-emprego” corresponde, substancialmente, ao ganho atuarial reconhecido de acordo com as regras estabelecidas no CPC 33 - Benefícios pós-emprego.



24 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BRGAAP)			
	2011		2010	
	3º trimestre	Acumulado	3º trimestre	Acumulado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	18.665	50.385	21.651	51.113
Juros sobre valores a receber	1.418	7.472	2.154	6.537
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.759	7.483	3.682	11.234
Outras	126	5.871	501	5.300
	22.968	71.211	27.988	74.184
Despesas financeiras				
Juros sobre dívidas	27.736	98.720	47.601	129.908
Juros sobre concessões a pagar	17.059	48.746	7.964	23.009
Juros sobre passivo atuarial	4.541	13.624	6.155	18.467
Juros sobre tributos	817	1.171	63	20.284
Variação monetária sobre dívidas	2.124	26.157	1.311	23.643
Variação monetária sobre concessões a pagar	4.030	30.960	6.316	21.048
Variação cambial sobre dívidas	23.525	17.538	(360)	(9.905)
Outras despesas financeiras	5.351	13.728	7.720	16.118
	85.183	250.644	76.770	242.572
Despesas financeiras, líquidas	62.215	179.433	48.782	168.388

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	2011		2010	
	3º trimestre	Acumulado	3º trimestre	Acumulado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	25.488	69.873	29.661	68.805
Juros sobre valores a receber	1.262	7.982	2.404	8.289
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.759	7.483	3.686	11.242
Outras	326	6.743	609	5.919
	29.835	92.081	36.360	94.255
Despesas financeiras				
Juros sobre dívidas	59.582	180.075	72.439	206.858
Juros sobre concessões a pagar	26.343	77.083	23.342	67.696
Juros sobre passivo atuarial	4.541	13.624	6.155	18.467
Juros sobre tributos	866	1.430	84	20.508
Variação monetária sobre dívidas	2.245	27.108	1.924	26.061
Variação monetária sobre concessões a pagar	8.149	48.671	13.627	55.212
Variação cambial sobre dívidas	23.525	17.538	(360)	(9.905)
Outras despesas financeiras	5.985	15.741	8.331	18.709
	131.236	381.270	125.542	403.606
Despesas financeiras, líquidas	101.401	289.189	89.182	309.351

25 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora (BRGAAP)							
	2011				2010			
	3º Trimestre		Acumulado		3º Trimestre		Acumulado	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	467.926	467.926	1.420.276	1.420.276	478.743	478.743	1.266.445	1.266.445
Diferenças permanentes								
Gratificação e 13º de dirigentes	1.059	-	2.504	-	1.819	-	3.756	-
Doações	1.765	1.765	4.969	4.969	922	922	3.080	3.080
Equivalência patrimonial	(55.714)	(55.714)	(121.417)	(121.417)	(14.389)	(14.389)	350	350
Outras	(1.361)	(2.847)	(9.665)	(9.665)	(2.853)	73	(6.678)	2.073
Base de cálculo	413.675	411.130	1.296.667	1.294.163	464.242	465.349	1.266.953	1.271.948
Alíquotas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
IR e CS	(103.419)	(37.002)	(324.167)	(116.475)	(116.061)	(41.881)	(316.738)	(114.475)
Incentivos fiscais	4.977	-	11.096	-	922	-	3.080	-
Outros	(16)	(187)	7.150	127	357	2	(476)	467
IR e CS - resultado	(98.458)	(37.189)	(305.921)	(116.348)	(114.782)	(41.879)	(314.134)	(114.008)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(99.057)	(37.799)	(310.377)	(116.745)	(116.425)	(42.539)	(310.794)	(113.007)
Diferido	599	610	4.456	397	1.643	660	(3.340)	(1.001)
	(98.458)	(37.189)	(305.921)	(116.348)	(114.782)	(41.879)	(314.134)	(114.008)
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	2011				2010			
	3º Trimestre		Acumulado		3º Trimestre		Acumulado	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	494.892	494.892	1.485.807	1.485.807	487.925	487.925	1.268.497	1.268.497
Diferenças permanentes								
Gratificação e 13º de dirigentes	1.059	-	2.504	-	1.856	-	3.867	-
Doações	1.765	1.765	4.969	4.969	922	922	3.080	3.080
Adequação da base de cálculo de controladas tributadas pelo lucro presumido	(3.479)	(2.530)	(8.512)	(5.566)	(3.496)	(2.711)	(11.280)	(9.010)
Outras	(1.345)	(2.873)	(2.947)	(2.992)	1.477	5.938	623	10.873
Base de cálculo	492.892	491.254	1.481.821	1.482.218	488.684	492.074	1.264.787	1.273.440
Alíquotas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
IR e CS	(123.223)	(44.213)	(370.455)	(133.400)	(122.171)	(44.287)	(316.197)	(114.610)
Incentivos fiscais	4.977	-	11.096	-	2.488	-	6.461	-
Outros	33	(187)	5.907	(948)	(1.703)	(170)	(5.862)	14
IR e CS - resultado	(118.213)	(44.400)	(353.452)	(134.348)	(121.386)	(44.457)	(315.598)	(114.596)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(116.737)	(44.264)	(356.556)	(133.683)	(120.252)	(44.434)	(320.324)	(117.765)
Diferido	(1.476)	(136)	3.104	(665)	(1.134)	(23)	4.726	3.169
	(118.213)	(44.400)	(353.452)	(134.348)	(121.386)	(44.457)	(315.598)	(114.596)

26 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Ativos financeiros:				
Recebíveis e empréstimos:				
Caixa e depósitos bancários a vista	1.623	1.710	8.841	8.882
Clientes	393.594	446.165	534.578	531.106
Dividendos de controladas	1.628	6.525	-	-
Cauções e depósitos vinculados	2.618	69.665	98.814	132.797
Alienação de ativos	86.886	86.886	86.886	86.886
Depósitos judiciais	105.761	131.315	107.260	133.464
Créditos com controladas	6.800	6.765	-	-
Ativo não corrente a venda	-	23.856	-	23.057
	598.910	772.887	836.379	916.192
Valor justo por meio do resultado:				
Mantido para negociação:				
Equivalentes de caixa	944.248	794.407	1.118.732	1.073.698
Passivos financeiros:				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	273.546	174.086	323.423	268.851
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.173.971	1.924.136	3.763.122	4.443.920
Concessões a pagar	798.869	721.025	1.231.124	1.134.947
	2.246.386	2.819.247	5.317.669	5.847.718

Os equivalentes de caixa correspondem substancialmente às aplicações financeiras mantidas no Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa. O valor justo desse instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem esse fundo em mercado ativo (nível 1).

b) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia criou o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

- Risco de mercado

A Companhia possui um comitê que gerencia esse risco, composto por um representante designado por cada uma das seguintes áreas: planejamento financeiro, regulação e mercado, planejamento da oferta de energia, finanças, comercialização, auditoria, implantação de projetos e produção de energia. A coordenação desse comitê é atribuição do Diretor de Planejamento e Controle.

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Conforme mencionado na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos, em junho de 2011, a Companhia contratou uma operação de *swap* para se proteger integralmente do risco cambial e de fluxo de caixa, sendo ambos considerados um só instrumento financeiro sintético. Esse Comitê monitora, portanto, todos os riscos relativos às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas e, periodicamente, avalia a exposição da Companhia propondo estratégias operacionais, sistemas de controle, limites de posição e limites de crédito para os demais parceiros do mercado.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no exercício social atual.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *site* da Companhia no documento “Política de Investimentos e Derivativos”. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: (i) possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) possuir *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's) em escala nacional.

A “Política de Investimentos e Derivativos” impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos, e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. Esse monitoramento está sendo aplicado à única operação de *swap* efetuada pela Companhia.

- Risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R\$ 226.358, em 30.09.2011, corresponde a 6,0% do total de empréstimos, financiamentos e debêntures consolidados da Companhia, sendo 3,2% em dólar e 2,8% em euro. Os vencimentos das dívidas contratadas com o STN e o BNP Paribas estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento desse endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detém para essas dívidas nenhum instrumento derivativo para proteção cambial.

Já para o empréstimo contratado com o Bank Of America Merrill Lynch há uma operação de proteção cambial com esse mesmo banco no Brasil, conforme já mencionado. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 15 – Empréstimos e financiamentos.

- Risco de taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, *TJLP*, taxa *DI*, *IGP-M* e *IPCA*. A composição da dívida por taxa de juros e índice, e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é:

Taxa de juros e índices flutuantes	Empréstimos, financiamentos e debêntures	%	Concessões a pagar	%
<i>Libor</i> Dólar	4.002	0,11	-	-
<i>Euribor</i>	105.440	2,94	-	-
<i>TJLP</i>	2.573.007	71,75	-	-
<i>CDI</i>	439.922	12,27	-	-
<i>IPCA</i>	449.650	12,54	396.212	32,18
<i>IGP-M</i>	13.892	0,39	834.912	67,82
	3.585.913	100,00	1.231.124	100,00

Conforme informado anteriormente, os instrumentos financeiros relativos ao empréstimo contratado junto ao Bank Of America Merrill Lynch foram contabilizados pelo valor líquido. Sendo assim, essa dívida está sendo tratada como uma dívida atrelada ao *CDI*.

- Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade com base em premissas disponíveis no mercado para demonstrar os impactos no seu resultado nos próximos doze meses.

A Companhia considerou as seguintes premissas para os próximos 12 meses: desvalorização do dólar frente ao real de 4,2%, valorização do euro frente ao real de 0,6%, *IPCA* de 4,6% e *IGP-M* de 5,4%.

	Impactos no resultado (Receita) Despesa
Variação na moeda estrangeira	(4.409)
Variação nos índices de preços:	
Debêntures	11.787
Concessões a pagar	62.864

Com referência às premissas de taxas de juros, a Companhia considerou que nos próximos 12 meses a *TJLP* permanecerá em 6% a.a. e o *CDI* sofrerá uma elevação de 0,37 p.p. O impacto no resultado da Companhia em decorrência dessa variação do *CDI* seria de R\$ 1.418.

A Companhia possui seu disponível alocado em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 30.09.2011 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

Os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

Especificamente quanto ao risco de aceleração inflacionária, vale ressaltar que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor tem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação do IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para dívidas e obrigações ajustadas pela inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, no caso do CDI.

Quanto ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa “flutuante”, vem sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, caracterizando-a com uma taxa de caráter *quasi*-fixo.

- Risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais. A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O perfil de vencimento dos empréstimos, financiamentos e concessões a pagar é o seguinte:

	Controladora (BRGAAP)					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxas de juros:						
- pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	24.973	8.913	179.810	842.472	-	1.056.168
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	7.573	588	4.097	15.560	89.985	117.803
Concessões a pagar	223	446	1.993	1.949	794.258	798.869
	32.769	9.947	185.900	859.981	884.243	1.972.840

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxas de juros:						
- pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	48.029	43.748	314.349	1.527.987	1.651.805	3.585.918
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos	8.442	1.903	10.156	48.319	108.384	177.204
Concessões a pagar	3.937	7.784	33.658	138.411	1.047.334	1.231.124
	60.408	53.435	358.163	1.714.717	2.807.523	4.994.246

- Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures - detalhados nas Notas 15 e 16 - deduzidos do caixa e do equivalente de caixa, detalhados na Nota 3) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo que a mais restritiva atualmente limita em 2,5x o EBITDA. Em virtude da nova realidade de liquidez do mercado e a melhor percepção de risco do setor em geral e da Companhia em específico, para os novos contratos de dívidas recentemente firmados, esses limitadores têm sido negociados no patamar de 3,5x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha o nível de endividamento da Companhia que deve se situar em torno de 2x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição de novas usinas da Companhia.

- Risco de crédito

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Para minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras, e geradoras, assim como para os antigos contratos bilaterais com distribuidoras, a Companhia exige como garantia padrão a fiança bancária. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua política, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Adicionalmente, a companhia avalia periodicamente sua exposição aos diversos setores da economia, buscando diversificar sua carteira e diminuir essa exposição ao risco específico setorial.

Nas operações de aplicações no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, que é revisada periodicamente pelo Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo de Renda Fixa. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia em sua política de investimentos e derivativos para instituições financeiras.

A Companhia é avalista em diversos contratos com suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos e não detém nenhuma garantia para proteção contra esses riscos.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora (BRGAAP)			
	30.09.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	464.597	393.982	49.414	49.135
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	226.358	262.658	213.580	211.784
Debêntures	483.016	483.016	1.661.142	1.557.388
Concessões a pagar	798.869	1.150.975	721.025	1.024.567
	1.972.840	2.290.631	2.645.161	2.842.874
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	30.09.2011		31.12.2010	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	3.039.856	2.972.436	2.542.979	2.546.069
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	226.358	262.658	213.580	211.784
Debêntures	496.908	496.908	1.687.361	1.583.608
Concessões a pagar	1.231.124	1.715.929	1.134.947	1.558.491
	4.994.246	5.447.931	5.578.867	5.899.952

Conforme mencionado na Nota 15 o empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch está apresentado líquido do resultado da operação de *swap* por se tratar de um instrumento financeiro sintético, e o seu valor contábil e de mercado estão demonstrados no item “Empréstimo e financiamentos em moeda nacional” acima. O cálculo do valor de mercado deste instrumento financeiro considera a dívida com encargo financeiro correspondente a 98% do CDI.

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude dessas operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

- Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade com base em premissas disponíveis no mercado para demonstrar os impactos no seu resultado nos próximos doze meses, considerando um cenário básico projetado bem como uma variação de 25% e 50% sobre esse cenário básico.

A Companhia considerou as seguintes premissas para a definição do cenário-base: desvalorização do dólar frente ao real de 4,2%, valorização do euro frente ao real de 0,6%, IPCA de 4,6% e IGP-M de 5,4%. As projeções dos efeitos no resultado financeiro consolidado da Companhia nos próximos 12 meses em decorrência da aplicação desses cenários seriam as seguintes:

	Saldo 30.09.2011	Cenário- base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Variações na moeda estrangeira	226.358	(4.409)	51.079	106.566
Variações nos índices de preços:				
Debêntures	451.628	11.787	90.933	170.078
Concessões a pagar	1.231.124	62.864	77.404	95.078

Com referência às premissas de taxas de juros, a Companhia considerou que nos próximos 12 meses a TJLP permanecerá em 6% a.a. e o CDI sofrerá uma elevação de 0,37 p.p.. Os impactos no resultado da Companhia em decorrência dessas variações seriam os seguintes:

	Saldo 30.09.2011	Cenário- base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Variação da TJLP	2.573.007	-	37.199	74.894
Variação no CDI	439.922	1.418	13.015	24.376

27 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) prestação de serviços administrativos; (iii) serviços de operação e manutenção de usinas; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir especificados:

a) Compra e venda de energia

Controlada	Volume (MW médios)	Vigência	Índice de atualização anual	Valor a realizar em 30.09.2011
Compra:				
Itasa	167	16.10.2030	IGP-M	2.298.400
			Variação do dólar + Inflação dos Estados Unidos da América (EUA)	
Itasa	61	16.10.2030		444.864
CEE	137	31.12.2011	IPCA	44.814
Venda:				
TBLC	150	01.03.2015	IPCA	414.422
TBLC	190	31.12.2016	IPCA	648.535
TBLC	433	31.12.2012	IPCA	505.472
Lages	26	31.03.2017	Preço definido anualmente em novembro	86.292
CESS	5	22.04.2037	IPCA	148.796

A energia contratada com a controlada em conjunto Itasa corresponde à parcela gerada por essa empresa que é vendida pela Tractebel Energia. As vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, pela controlada TBLC. A venda de energia para a TBLC é realizada para suprir essa controlada de energia suficiente para o atendimento de seus compromissos contratuais, principalmente com clientes industriais e contratos de venda em leilões de energia no ambiente regulado.

b) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Valor a realizar em 30.09.2011
Itasa	16.10.2030	IGP-M	212.253
Ceste	28.04.2025	Mix dos índices IPCA e INPC	194.416
CESS	15.10.2023	IGP-M	12.144
Lages	31.03.2012	Índice de reajuste do Acordo Coletivo de Trabalho da Tractebel Energia	929

A estratégia da Companhia é centralizar as atividades de operação e manutenção na Tractebel Energia, que presta esse tipo de serviço para as suas controladas que não possuem os mesmos serviços contratados com terceiros.

c) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. O valor anual contratado é de R\$ 1.816, reajustado anualmente pelo INPC, valor que inclui os novos contratos assinados no 3º trimestre de 2011.

d) Garantias

A Companhia é interveniente dos contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos Repassadores e outros agentes financeiros, cedendo como caução a totalidade das ações de sua propriedade.

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista das controladas CESS, TBLC e CEE em operações de compra de energia que vencem em 2011 e 2012 no montante total de R\$ 39.606. É fiadora ainda da controlada TBLC em operações de compra de energia que vencem em 31.12.2011, no valor total de R\$ 57.699.

f) Mútuo - créditos com controladas

A Companhia repassou recursos para a controlada indireta Ibitiúva, através de operação de mútuo, para que essa pudesse dar continuidade à execução das obras de sua usina enquanto aguardava a liberação dos recursos pelo BNDES. Os valores vêm sendo recebidos à medida que o BNDES libera os recursos do financiamento. A remuneração do mútuo corresponde a 100% da taxa Selic. O saldo remanescente em 30.09.2011 é de R\$ 6.800.

g) Consultoria - SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

A Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos conforme a necessidade da Companhia. A renovação da contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.04.2010, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de três anos, renovável a cada ano. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual de 1.500.000,00 euros, devendo os serviços executados e os respectivos honorários serem submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. O montante remanescente em 30.09.2011 é de R\$ 11.222.

h) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado:

30.09.2011	Ativo				Passivo			
	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Dividendos e JCP	Outros	Total
Itasa	2.237	-	-	2.237	6.373	-	21	6.394
CEE	5.485	-	-	5.485	31.075	-	-	31.075
Lages	1.999	-	-	1.999	-	-	-	-
TBLC	82.145	-	-	82.145	2.456	-	-	2.456
CESS	163	1.628	-	1.791	-	-	-	-
Ibitiúva	-	-	6.800	6.800	-	-	-	-
GSELA	4	-	-	4	-	452.135	-	452.135
SUEZ-Tractebel	-	-	-	-	5.301	-	-	5.301
Ceste	2.066	-	-	2.066	-	-	-	-
Outras	130	-	-	130	331	-	-	331
TOTAL	94.229	1.628	6.800	102.657	45.536	452.135	21	497.692
31.12.2010	87.167	6.525	6.765	100.457	11.719	129.186	31	140.936

3º trimestre de 2011	Resultado								Resultado de participações societárias
	Receita operacional				Receita	Custo	Despesas		
	Suprimento de energia	Receita de serviços		Total			Gerais e administrativas	Total	
		Operação e manutenção	Administração						
Itasa	-	3.357	-	3.357	-	33.672	-	33.672	7.678
CEE	5.485	-	-	5.485	-	51.412	-	51.412	13.253
Lages	4.246	464	50	4.760	-	-	-	-	75
TBLC	239.101	-	100	239.201	-	-	-	-	26.682
CESS	-	251	56	307	-	-	-	-	2.690
SUEZ Tractebel	-	-	-	-	-	-	878	878	-
Ceste	-	3.833	-	3.833	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	5.336
Outras	-	-	268	268	540	-	244	244	-
TOTAL	248.832	7.905	474	257.211	540	85.084	1.122	86.206	55.714
3º Trimestre de 2010	133.443	7.689	426	141.558	-	35.928	1.039	36.967	14.711

i) Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora (BRGAAP)			
	3º trimestre 2011	3º trimestre 2010	Acumulado 2011	Acumulado 2010
Honorários e benefícios de curto prazo	2.675	1.902	6.790	5.459
Encargos sociais	522	426	1.814	1.612
Bônus dos administradores e encargos	1.027	1.882	2.363	3.687
Benefícios pós-emprego	170	163	470	469
	4.394	4.373	11.437	11.227

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	3º trimestre 2011	3º trimestre 2010	Acumulado 2011	Acumulado 2010
Honorários e benefícios de curto prazo	2.831	2.059	7.286	5.892
Encargos sociais	553	458	1.914	1.699
Bônus dos administradores e encargos	1.027	1.882	2.363	3.687
Benefícios pós-emprego	170	163	470	469
	4.581	4.562	12.033	11.747

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

28 - SEGUROS

A Tractebel Energia possui, em 30.09.2011, apólices de seguros abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de R\$ 9.567.408 e para lucro cessante de R\$ 628.339. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 553.000, por evento.

As controladas têm contratos de seguros com as seguintes principais características e valores de cobertura em 30.09.2011:

	Riscos operacionais	Lucro cessante
	R\$ Mil	R\$ Mil
CEE	2.427.070	90.821
CESS	472.563	36.938
Lages	83.921	11.538
Tupan	82.185	2.388
Hidropower	86.329	2.000
Areia Branca	37.335	-
Pedra do Sal	75.535	11.196
Beberibe	112.402	15.835
Ibitiúva	82.243	22.391

Além desses seguros, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura no valor de R\$ 87.215.

Na renovação da apólice de riscos operacionais, em 31.05.2011, os valores em risco segurados foram atualizados conforme laudo de empresa de engenharia especializada em avaliação patrimonial para fins de seguro.

No ciclo 2011/2012, a Companhia decidiu aderir à apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damaged Business Interruption (PDBI)* - do programa de seguros da GDF SUEZ por entender que as condições comerciais e de cobertura se mostravam mais favoráveis que as disponíveis no mercado local.

O Consórcio Estreito Energia possui seguro de risco de engenharia para as unidades que ainda não entraram em operação comercial com valores declarados para danos materiais de R\$ 2.404.630 e perda de lucros esperados de R\$ 612.233.

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos as suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

29 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes contratos de longo prazo, cujas informações estão divulgadas de forma mais ampla nas demonstrações contábeis de 31.12.2010:

- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica;
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamentos mercantil; e
- Contratos de construção em andamento.

Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

Ano	MW médios				
	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2011	3.430	434	3.864	3.814	98,71
2012	3.581	574	4.155	4.040	97,23
2013	3.681	389	4.070	4.001	98,30
2014	3.681	308	3.989	3.698	92,70
2015	3.681	215	3.896	3.352	86,04
2016	3.681	205	3.886	2.778	71,49

30 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 – Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora (BRGAAP)			
	2011		2010	
	3º trimestre	Acumulado	3º trimestre	Acumulado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	825.618	2.483.556	707.920	2.136.489
Fornecimento de energia elétrica	65.279	203.086	73.448	210.209
Transações no âmbito da CCEE	23.881	40.604	106.702	136.314
Exportação de energia elétrica	95.652	153.022	22.741	29.241
Outras receitas	10.754	27.468	9.602	19.751
	1.021.184	2.907.736	920.413	2.532.004
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(73.316)	(220.298)	(69.093)	(188.966)
ICMS	(6.695)	(28.728)	(13.766)	(38.435)
ISS	(274)	(936)	(327)	(523)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.532)	(24.274)	(7.720)	(21.131)
	(88.817)	(274.236)	(90.906)	(249.055)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	932.367	2.633.500	829.507	2.282.949
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	2011		2010	
	3º trimestre	Acumulado	3º trimestre	Acumulado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	818.395	2.390.997	813.540	2.418.964
Fornecimento de energia elétrica	336.322	1.011.431	263.251	739.321
Transações no âmbito da CCEE	24.374	43.837	108.375	143.070
Exportação de energia elétrica	95.652	153.022	22.741	29.241
Outras receitas	7.955	17.600	4.962	13.944
	1.282.698	3.616.887	1.212.869	3.344.540
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(99.775)	(285.206)	(95.662)	(259.980)
ICMS	(22.114)	(72.902)	(24.920)	(67.274)
ISS	(274)	(936)	(326)	(531)
Pesquisa e desenvolvimento	(9.844)	(27.180)	(8.919)	(23.944)
	(132.007)	(386.224)	(129.827)	(351.729)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.150.691	3.230.663	1.083.042	2.992.811

31 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As transações relevantes que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos realizados no exercício são apresentadas a seguir:

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	-	-	4.131	6.425
Fornecedores de ativo imobilizado	-	-	30.132	17.414
Juros de financiamentos capitalizados	-	-	78.775	8.809
Registro de concessão a pagar	-	-	1.463	41.799
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditado	658.014	-	-	-
Valor a pagar relativo à aquisição da CEE	-	327.710	-	327.710

32 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Crédito de juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 04.11.2011, aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, no valor bruto de R\$ 253.990, correspondente a R\$ 0,3891122760 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio nos registros contábeis da Companhia ocorrerá na data de 31.12.2011, com base na posição acionária do dia 17.11.2011, e as ações da Companhia passarão a ser negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 18.11.2011.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco Banco Holding S.A., em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Philip Gotsall Cox
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia e
Diretor de Desenvolvimento e Implantação
de Projetos (em exercício)

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**Alteração das projeções para 2011, 2012 e 2013**

No 3º trimestre de 2011 a Companhia fez as seguintes alterações das projeções divulgadas no 4º trimestre de 2010:

Valores em R\$ milhões	Previsão para o ano, informada durante o:	
	4º trimestre 2010	3º trimestre 2011
Descrição		
Financiado com dívida	129	246
Financiado com capital próprio	93	214
Total 2011	222	460
Total 2012	153	724
Total 2013	92	605

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

Alteração das projeções para 2011:

Os investimentos em manutenção e na usina de Estreito variaram de acordo com as atualizações nos cronogramas dos investimentos. A principal variação ocorrida nas projeções para 2011 deve-se a inclusão dos investimentos para a construção dos novos parques eólicos no Nordeste, Eólica Porto do Delta e Complexo Eólico Trairi. O Complexo Trairi é composto das seguintes Centrais Eólicas: Trairi, Fleixeiras I, Mundaú e Guajiru.

Alteração das projeções para 2012 e 2013:

As principais variações ocorridas nas projeções devem-se a inclusão dos investimentos para a construção dos novos parques eólicos no Nordeste - Eólica Porto do Delta e Complexo Eólico Trairi -, a alteração dos investimentos no programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes, a atualização no cronograma do projeto Estreito e a previsão de reserva financeira, em 2013, para a aquisição do controle da Energia Sustentável do Brasil, empresa que detém 50,1% da UHE Jirau.

As projeções vigentes estão apresentadas no quadro a seguir:

Descrição / Período da projeção	Previsão para o ano, informada durante o 3º trimestre de 2011:		
	2011	2012	2013
Financiados com dívida	246	336	-
Financiados com capital próprio	214	388	605
Total	460	724	605

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Quanto mais transparente,
melhor o mercado vê a sua empresa

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo Roberto Marques Garrucho
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia e
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos (em exercício)

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia e
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos (em exercício)

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo